



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DE ARAPIRACA
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MARIA ADRIELE LOPES ROCHA

**INTERAÇÃO ESTADO-SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS: A CONSTRUÇÃO
DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO**

Arapiraca - AL

2021

MARIA ADRIELE LOPES ROCHA

**INTERAÇÃO ESTADO-SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS: A CONSTRUÇÃO
DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO**

Monografia de Trabalho de Conclusão de Curso
apresentada ao curso de Administração Pública da
Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial
para a obtenção do grau de Bacharel em Administração
Pública.

Orientador: Prof. Me. Leonardo Prates Leal

Arapiraca - AL

2021



Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Campus Arapiraca
Biblioteca Campus Arapiraca - BCA

R672i Rocha, Maria Adriele Lopes
Interação estado-sociedade e políticas públicas: a construção da estratégia nacional de investimentos e negócios de impacto / Maria Adriele Lopes Rocha. – Arapiraca, 2021.
75 f.: il.

Orientador: Prof. Me. Leonardo Prates Leal.
Trabalho de Conclusão de Curso – (Bacharelado em Administração Pública) - Universidade Federal de Alagoas, *Campus Arapiraca*, Arapiraca, 2021.
Disponível em: Universidade Digital (UD) – UFAL (*Campus Arapiraca*).
Referências: f. 60-72.

1. Administração pública. 2. Políticas públicas. 3. Organização dos movimentos sociais. I. Leal, Leonardo Prates. II. Título.

CDU 35

MARIA ADRIELE LOPES ROCHA

**INTERAÇÃO ESTADO-SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS: A CONSTRUÇÃO
DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO**

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC apresentado ao
Curso de Administração Pública da Universidade Federal
de Alagoas - UFAL, Campus de Arapiraca, como
requisito para a obtenção do grau de Bacharel em
Administração Pública.

Data de aprovação: 30/11/2021

Banca examinadora

Documento assinado digitalmente
 Leonardo Prates Leal
Data: 16/02/2022 18:54:36-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Prof. Me. Leonardo Prates Leal - Orientador
Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Documento assinado digitalmente
 Marconi Tabosa de Andrade
Data: 17/02/2022 15:23:47-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Prof. Dr. Marconi Tabosa de Andrade - Examinador
Universidade Federal de Alagoas – UFAL



Prof. Dra. Luiza Reis Teixeira - Examinadora
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

A Deus que sempre me fez ser quem sou, e ao meu pai que mesmo não estando entre nós, sempre esteve vivo em meu coração!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelos dons que me deu nesta existência que serviram na realização deste projeto, em seguida a minha família, minha mãe Elza e meus irmãos Wesley e Edja e ao meu esposo Daniel que de forma singular sempre me impulsionaram a continuar mesmo nas vezes que tentei abandonar essa caminhada.

Agradeço em especial a minha prima Taise e a minha Comadre Adla que sempre me incentivaram e me ajudaram nos momentos mais difíceis da minha vida dentro do período de construção desse trabalho me motivando a continuar, também agradeço aos meus tios e avós, que me deixaram orgulhosa de mim mesma a cada passo dado.

De forma especial também sou grata pelas amizades que fiz que certamente sempre terão um lugar especial em minha vida, lembrarei sempre de tudo que fizemos e buscamos para poder melhorar nosso aprendizado, nosso curso e a nossa área como um todo.

Aos meus queridos amigos de sala e de jornada, Jamerson, Diego, Larysse, Andreza, Juciel, Paulo, Leandro e Anderson. Além dos amigos que fiz pelos corredores da UFAL que também fizeram parte dessa minha jornada, agradeço às sempre amigas, em especial sou grata a Lyzandra Martielly e Shyanne por toda presteza em me auxiliarem nas horas de necessidade. Agradeço também aos meus colegas de luta da Associação Oxente, por todo o aprendizado, por todas as conquistas.

Não posso esquecer da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (ITES/UFAL) que me proporcionou um crescimento profissional incrível e agradeço em especial aos meus coordenadores Leonardo Leal e Marconi Andrade, além da minha equipe de atividades nos projetos desenvolvidos: Jéssica, Ywgne, Luis, Larissa e Lizandra.

Ao meu orientador, Prof. Leonardo Leal, agradeço por ter reconhecido em mim um potencial que nem eu mesma enxergava, por me incentivar, acreditar e a ajudar não só na construção deste trabalho, mas em todos esses anos de ensino.

Também a todos os meus professores, cada um contribuiu de forma especial para minha carreira acadêmica.

Por fim agradeço aos entrevistados neste trabalho, pois sem eles não seria possível conseguir concluir. Enfim, meu muito obrigada a todos que me apoiaram e me acompanharam nessa caminhada.

“A história é um simpósio permanente, inteligível, no qual todas as gerações se compreendem umas às outras. Mas não é a própria história que nos permite sermos inteligíveis e inteligentes. Antes, é a razão, em sentido substantivo, que capacita os seres humanos a compreenderem as variedades históricas da condição humana” (RAMOS, 1983, p. 46)

RESUMO

O caso da Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto (ENIMPACTO) estudado neste trabalho lança luz a um fenômeno crescente de políticas públicas formuladas e implementadas por meio de articulações entre a sociedade civil e o Estado brasileiro, dando sequência a conhecida trajetória de interação entre estado e sociedade. A ENIMPACTO tornou-se uma representante significativa do repertório cooperativo de interação Estado-sociedade, tendo como um dos seus resultados mais destacáveis a criação do Decreto nº 9.244, de 17 de dezembro de 2017, posteriormente alterado pelo Decreto nº 9.977, de 19 de agosto de 2019 (BRASIL, 2019). Esse instrumento de política pública recomenda a implementação de um conjunto de ações para fortalecer os negócios de impacto tendo por finalidade: ampliar a oferta de capital, aumentar a quantidade de negócios, fortalecer organizações intermediárias, promover um ambiente institucional e normativo favorável aos investimentos e aos negócios de impacto, além de promover a geração de dados que proporcionem mais visibilidade ao campo. A ENIMPACTO foi elaborada com o objetivo de promover a criação e estabilização de negócios de impacto social que possam funcionar gerando resultado financeiro positivo e como contrapartida possam gerar soluções para problemas sociais vividos em suas comunidades. O objetivo deste trabalho é demonstrar e explicar os principais aspectos que influenciaram o processo de aprovação da política pública ENIMPACTO. Assim, procuramos identificar o papel que as organizações da sociedade civil e os ativistas institucionais cumprem no processo de elaboração e implementação de políticas públicas, em específico visa entender como esses atores atuaram em processos políticos (institucionais e extrainstitucionais) que resultaram na criação e aprovação dos decretos que instituíram a política pública da ENIMPACTO, e por fim, descrever e analisar o seu processo de criação. Considerando o objeto de estudo em pauta, esta pesquisa é caracterizada como qualitativa, no qual a técnica principal utilizada para o levantamento de dados foram as entrevistas semiestruturadas com os atores do grupo de trabalho que antecedeu a criação da ENIMPACTO. Foram entrevistadas nove pessoas das sete principais organizações envolvidas na temática apresentada na pesquisa, dando embasamento ao conhecimento empírico do trabalho. Os resultados alcançados neste trabalho permitiram identificar que o repertório de interação cooperativa entre o Estado e sociedade civil constituíram fatores fundamentais na produção da política pública ENIMPACTO, nomeadamente, permitiu identificar que o ativismo institucional e o consórcio de organizações da sociedade civil foram os responsáveis fundamentais no processo de aprovação e implementação da ENIMPACTO.

Palavras-chave: política pública; interação estado-sociedade; Enimpacto; ativismo institucional; organizações dos movimentos sociais.

ABSTRACT

The case of the National Impact Investment and Business Strategy (ENIMPACTO) studied in this work sheds light on a growing phenomenon of public policies formulated and implemented through articulations between civil society and the Brazilian State, continuing the well-known trajectory of interaction between state and society. ENIMPACTO has become a significant representative of the cooperative repertoire of State-society interaction, having as one of its most outstanding results the creation of Decree No. of 2019 (BRAZIL, 2019). This public policy instrument recommends the implementation of a set of actions to strengthen impact businesses, with the purpose of: expanding the supply of capital, increasing the number of businesses, strengthening intermediary organizations, promoting an institutional and regulatory environment favorable to investments and impact business, in addition to promoting the generation of data that provide more visibility to the field. ENIMPACTO was created with the objective of promoting the creation and stabilization of businesses with a social impact that can generate positive financial results and, in return, generate solutions to social problems experienced in their communities. The objective of this work is to demonstrate and explain the main aspects that influenced the ENIMPACTO public policy approval process. Thus, we seek to identify the role that civil society organizations and institutional activists play in the process of elaboration and implementation of public policies, in particular, it seeks to understand how these actors acted in political processes (institutional and extra-institutional) that resulted in the creation and approval of the decrees that instituted ENIMPACTO's public policy, and finally, describe and analyze its creation process. Considering the object of study in question, this research is characterized as qualitative, in which the main technique used for data collection were semi-structured interviews with the actors of the working group that preceded the creation of ENIMPACTO. Nine people from the seven main organizations involved in the theme presented in the research were interviewed, providing a basis for the empirical knowledge of the work. The results achieved in this work allowed us to identify that the repertoire of cooperative interaction between the State and civil society constituted fundamental factors in the production of ENIMPACTO public policy, namely, it allowed to identify that institutional activism and the consortium of civil society organizations were the fundamental responsible in the ENIMPACTO approval and implementation process.

Keywords: public policy; state-society interaction; Enimpacto; institutional activism; social movement organizations.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABVCAP	Associação Brasileira de Venture Capital e Private Equity
ALI	Agente de Inovação Local
ANPROTEC	Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores
Apex-Brasil	Agência Brasileira de Promoção das Exportações e Investimentos
BB	Banco do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
CAIXA	Caixa Econômica Federal
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONDECA	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
ENIMPACTO	Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto
FEBEM	Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FTFS	Força Tarefa de Finanças Sociais
GIFE	Grupo de Institutos Fundações e Empresas
GSG	Global Social Impact Investment Steering Group
GT	Grupo de Trabalho
ICE	Instituto de Cidadania Empresarial
LAC	Liberdade Assistida Comunitária
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer, Intersexo e Assexuais
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MF	Ministério da Fazenda
MPOG	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MRE	Ministério das Relações Exteriores

MS	Movimentos Sociais
MSE/MA	Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONGs	Organizações Não Governamentais
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP	Política Pública
PR	Casa Civil da Presidência da República
PSC	Prestação de Serviço Comunitário
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SGPR	Secretaria Geral da Presidência da República
UFAL	Universidade Federal de Alagoas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Ciclo de atenção do problema	28
Figura 2 - O Modelo de Múltiplos Fluxos de John Kingdon	30
Figura 3- Movimentos são mais que política de confronto	37
Figura 4- processo de criação da Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto	41
Figura 5- Estados com Estratégias de Investimentos e Negócio de Impactos Instituídas	45
Figura 6- As 15 Recomendações FTS	53

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 - Quantitativo de entrevistados por organização	22
Quadro 2- Composição do Eixos de Trabalho da Enimpecto	43
Quadro 3- Leis criadas por estados Brasileiros	45
Quadro 4- Resumo das Entrevistas	47
Quadro 5- Trajetória da Aliança até a ponte com o Governo	54

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	METODOLOGIA DA PESQUISA	20
2.1	Processo de coleta de dados	20
2.2	Técnica de investigação de dados	21
3	REVISÃO TEÓRICA	24
3.1	Agenda de Governo	24
3.2	Ativismo Institucional	31
3.3	Movimentos sociais e políticas públicas	35
4	APRESENTAÇÃO DO CASO	40
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO DO CASO	47
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
	REFERÊNCIAS	60
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA	73

1 INTRODUÇÃO

Os negócios de impacto social circunscrevem uma nova posição de estratégias públicas e privadas, inaugurando um novo ciclo de ações no campo da geração do trabalho e renda, tratando-se de um paradigma “em que as empresas privadas, organizações sem fins lucrativos e da sociedade civil criam um novo tipo de negócio com o objetivo principal de resolver problemas sociais” (COMINI; BARKI; AGUIAR, 2012, p. 385).

É assim que, para Oliveira e Fukayama (2019), o negócio de impacto tem como objetivo a geração de impacto positivo social e ambiental no curso de sua atividade econômica. Os negócios com impacto social apresentam um protótipo de uma instituição que estabelece atribuições do âmbito privado com os fundamentos da gestão social e do terceiro setor. São organizações que visam solucionar problemas sociais, empregando ferramentas de mercado (BARKI, 2014).

Ainda como definição de conceito de negócio de impacto social, Dwivedi e Weerawardena (2018), explicam que o termo pode ser entendido como uma subordinação da definição mais ampla de negócios sociais e/ou empreendedorismo social. Entretanto no ambiente da prática, sobretudo no Brasil, país pioneiro de onde a ideia vem sendo disseminada como “negócios de impacto”, essa nomenclatura foi movida pelo trabalho de organizações intermediárias que estimulam esse tipo de solução. Diante deste contexto, os negócios de impacto social são apresentados como alternativa para a solução dos problemas sociais, provindos de negócios, que buscam gerar ganhos ambientais e sociais, esse tipo de empreendimento possui uma lógica que se julga capaz de gerar sustentabilidade financeira econômica (DEES, 1998; COMINI, 2016; PETRINI; SCHERER; BACK, 2016).

No Brasil, organizações envolvidas com a disseminação desta agenda alcançaram relativo destaque no espaço público contemporâneo, convertendo essa agenda em uma política pública iniciada por meio da ação de um grupo de atores formado por órgãos públicos da União, organizações da sociedade civil e empresas privadas que fomentam o setor dos negócios de impacto, dando origem a Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto (ENIMPACTO).

A ENIMPACTO tornou-se uma representante significativa do repertório cooperativo de interação Estado-sociedade, tendo como um dos seus resultados mais destacáveis a criação do Decreto nº 9.244, de 17 de dezembro de 2017, posteriormente alterado pelo Decreto nº 9.977, de 19 de agosto de 2019 (BRASIL, 2019).

Esse instrumento de política pública recomenda a implementação de um conjunto de ações para fortalecer os negócios de impacto, tendo por finalidade: ampliar a oferta de capital, aumentar a quantidade de negócios, fortalecer organizações intermediárias, promover um ambiente institucional e normativo favorável aos investimentos e aos negócios de impacto, além de promover a geração de dados que proporcionem mais visibilidade ao campo.

O Art. 1º do Decreto nº 9.244 demonstra essa perspectiva de interação cooperativa ao afirmar que “A Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto tem a finalidade de articular órgãos e entidades da administração pública federal, do setor privado e da sociedade civil para a promoção de um ambiente favorável ao desenvolvimento de investimentos e negócios de impacto” (BRASIL, 2019, não paginado).

O caso da ENIMPACTO estudado neste trabalho lança luz a um fenômeno crescente de políticas públicas formuladas e implementadas por meio de articulações entre sociedade civil e instituições políticas, dando sequência a conhecida trajetória de interação entre estado e sociedade, tais como: os orçamentos participativos, conselhos e conferências de políticas públicas, que ampliaram a criatividade política e serviram para alargar o experimentalismo democrático no Brasil (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014).

A relação entre a sociedade civil e as políticas públicas tornou-se um dos temas centrais na agenda brasileira de estudos sobre interação estado-sociedade. Tal centralidade expressa uma reconfiguração das relações entre a sociedade civil e o Estado ao longo das últimas décadas desde a redemocratização (AVRITZER, 2008; AVRITZER, 2016), as quais tiveram implicações tanto para a organização e atuação das organizações da sociedade civil, como para a formulação e implementação das políticas públicas.

Entre os diferentes aspectos mais proeminentes desse campo de estudo está o reconhecimento de que as organizações da sociedade civil importam para as políticas públicas e que as políticas públicas, por sua vez, impactam a emergência, desenvolvimento e sucesso dessas organizações (LAVALLE *et al*, 2018; TATAGIBA; ABERS; SILVA, 2018).

As pesquisas nesse campo enfatizam, entre outros aspectos, as consequências das organizações da sociedade civil e movimentos sociais para as políticas públicas, primeiro, quando ativistas institucionais possuem vínculos com movimentos sociais ou partidos e utilizam-se de sua posição na burocracia estatal para influenciar mudanças ou criar políticas (ROOTES, 2004; EARL, 2004; BANASZAK, 2005). Essas organizações produzem mudança cultural nas instituições, mudanças na relação de poder, mudança de normas e procedimentos

(formais ou informais) ou até mudanças políticas mais estruturantes durante momentos de crise (BOSI; GIUGNI; UBA, 2016).

Adicionalmente, isto ocorre também em consequências das organizações da sociedade civil nos diferentes estágios das políticas públicas, com maior ênfase nos estágios de formação da agenda e de formulação das políticas públicas, mas também podem influenciar o estágio de implementação (SOULE; KING, 2006; AMENTA *et al*, 2010; BANASZAK, 2005; ROOTES; NULMAN, 2015). Desse modo, as organizações da sociedade civil e movimentos sociais podem influenciar todo o processo decisório das políticas públicas, desde a sua formulação até a sua implementação (BOSI; GIUGNI; UBA, 2016).

Assim, em um processo de formulação e implementação de políticas públicas tornou-se comum a participação de diferentes atores, entre eles, organizações da sociedade civil, ativistas institucionais, movimentos sociais, entre outros. Esses atores buscam tornar público certos problemas com intuito de que eles venham a ser percebidos e sejam incluídos como pauta na agenda de governo.

No processo de formulação de políticas públicas se faz necessário entender que existem dois elementos principais, sendo eles, primeiro a definição da agenda e, segundo a definição de alternativas. O primeiro envolve conquistar a direção da atenção em torno de questões ou problemas específicos. O segundo, a investigação e o traçado de um plano possível para a ação. Para entender o processo de formulação de políticas é necessário compreender por que alguns assuntos se tornam mais importantes e acabam concentrando o interesse de vários atores, enquanto outros não (CAPELLA, 2018).

As políticas públicas são aquelas diretivas elaboradas que tem por finalidade solucionar problemas de uma sociedade. Assim, torna-se imprescindível a criação e implementação de programas que contribuam para o bem da coletividade” (SECCHI, 2013, p. 2).

Para Amabile (2012), a conceituação de políticas públicas se classifica como decisões que constituem assuntos de ordenação pública com uma dimensão extensa, que visam às necessidades de uma coletividade. São capazes de serem entendidas também como meios de atuação pública, com propósitos que podem repercutir na realidade e no atendimento do interesse da população.

A ENIMPACTO foi elaborada com o objetivo de promover a criação e estabilização de negócios de impacto social que possam funcionar gerando resultado financeiro positivo e que como contrapartida possam gerar soluções para problemas sociais nas imediações de suas comunidades.

Em busca de um ambiente favorável aos investimentos e aos negócios de impacto, a ENIMPACTO mostra-se como solução necessária para a abordagem temática de um protótipo ainda em fase de descobrimento, as pesquisas bibliográficas ainda são consideradas pequenas visto que é um assunto bem atual.

Atores internos e externos trabalharam em união com entes públicos, privados, e entidades do terceiro setor a fim de conseguir promover uma estrutura de impacto público que auxiliasse na promoção de investimentos nos negócios de impacto, transportando uma série de fatos e acontecimentos para a realidade do empreendedorismo social.

Os negócios de impacto têm sido considerado de grande importância para a agenda governamental, já que, as complexidades dos problemas sociais e ambientais manifestados atualmente, não têm sido resolvidos unicamente pelos governos ou instituições filantrópicas (Brasil, 2019), assim: a propagação de negócios com ou sem fins lucrativos, aptos a funcionar de forma financeiramente sustentável, conseguem ao mesmo tempo beneficiar a sociedade, proporcionando soluções aos desafios impostos pelos problemas socioambientais. Diante desse contexto, isso deve ser tema proposto para a agenda de políticas públicas.

A necessidade de criação de uma política pública que possa abranger e tornar possível um ambiente saudável e conveniente para a promoção de investimentos e negócios de impacto, surge a partir da interação de organizações de movimentos sociais aliadas ao mesmo propósito, que acabam possibilitando a visualização da contribuição de movimentos sociais na construção de soluções para problemas advindos da vulnerabilidade social e de como a participação de diferentes atores torna possível a formulação de políticas.

Nesse contexto, a problemática desta pesquisa é aquela que visa compreender quais os fatores associados à interação cooperativa Estado-sociedade que explicam a criação da ENIMPACTO? Esse questionamento tem o propósito de fundamentar as bases teóricas e empíricas desta pesquisa, a fim de que essa pergunta seja respondida a partir da análise dos dados coletados em campo.

O objetivo deste trabalho é demonstrar e explicar os principais aspectos que influenciaram o processo de aprovação da política pública ENIMPACTO. Portanto, apresenta a importância da participação de ativistas institucionais aliados ao governo e as organizações da sociedade civil, especificamente dos negócios de impacto social, como também a relevância da participação das organizações de movimentos sociais da sociedade civil organizada. Esses atores do Estado e da sociedade civil se mobilizaram em interação cooperativa visando processo e instrumentos de políticas públicas por dentro e por fora do Estado.

Assim, procuramos identificar o papel que as organizações da sociedade civil e os ativistas institucionais cumprem no processo de elaboração e implementação de políticas públicas, em específico visa entender como esses atores atuaram em processos políticos (institucionais e extrainstitucionais) que resultaram na criação e aprovação dos decretos que instituíram a política pública da ENIMPACTO, e por fim, descrever e analisar o seu processo de criação desde o início, quando ainda se tratava de um grupo de trabalho constituído por atores da sociedade civil e ativistas governamentais que visavam fomentar e desenvolver um ecossistema de investimentos e negócios de impacto no Brasil. Esse grupo criou um amplo conjunto de recomendações para o fortalecimento desse ecossistema, e depois de sua publicação surgiu a ideia de influenciar instrumentos de políticas públicas numa perspectiva cooperativa - repertório de interação Estado-sociedade.

O papel das organizações da sociedade civil na formulação e implementação de políticas públicas sempre foi um tema recorrente na agenda política, uma ação necessária diante da insuficiência de subsídios para diversos problemas sociais do país. Desse modo, a sociedade civil é vista como um dos principais participantes na tarefa de influenciar, fiscalizar e exigir instrumentos da política que possam resolver problemas públicos.

Além do interesse científico e acadêmico, o presente trabalho justifica-se pelo entusiasmo da autora pelo tema das políticas públicas na área dos negócios de impacto social, surgindo a partir da sua inserção na Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (ITES/UFAL), e também pela participação em aulas das disciplinas de Políticas Públicas e Avaliação de Políticas Públicas no curso de Administração Pública da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), no qual a mesma teve a oportunidade de conhecer as principais concepções teóricas sobre a formulação de políticas públicas, além de descobrir e entender o seu grau de importância para sociedade em geral e para os negócios sociais em particular, aguçando ainda mais o interesse pela temática.

Analisar a formulação e implementação de políticas públicas é relevante e necessário, no sentido de compreender e explicar os efeitos da participação da sociedade civil nesse processo e também investigar a intervenção e colaboração de ativistas institucionais, procurando observar e pôr em evidência o trabalho minucioso que é realizado por esses atores.

Baseado no princípio de criação de uma política pública, nota-se o interesse de que empresas de cariz social possam contribuir com estratégias para geração de trabalho e renda em diferentes vieses e comunidades, considerado o contexto do desenvolvimento sustentável. Nesse nicho, surge um novo tipo de organização que combina dois objetivos que anteriormente

foram considerados incompatíveis: sustentabilidade financeira e geração de valor social (MOURA, 2011; TEODÓSIO; COMINI, 2012; WILSON; POST, 2013).

Tradicionalmente, nos modelos de negócios convencionais, o foco está na criação de valor econômico para os acionistas, de outro modo, para o modelo dos negócios de impacto social, a criação de valor econômico é vista como condição necessária para atingir fins de natureza social (MAIR; MARTÍ, 2006). No Brasil, esse tema ainda é pouco explorado, mas apesar de seu desconhecimento vem sendo introduzido na cultura brasileira por meio de ações da sociedade civil e de políticas públicas. Essa combinação só se tornou possível graças à atuação do ICE e de seu interesse em construir um movimento pró-financeiras sociais, baseado em outros países que obtiveram êxito na aprimoração e disseminação dos NIS.

A reflexão que queremos propor neste trabalho refere-se a ideia de que através de ação colaborativa é possível coproduzir instrumentos de políticas públicas e bens públicos na interface entre o Estado e a sociedade, visando superar as perspectivas estadocentricas na produção de políticas públicas, e com isso alcançar melhores resultados para identificar e solucionar problemas públicos. Desde a criação dos orçamentos participativos, o Brasil se tornou pioneiro nessas soluções, agora, com a ENIMPACTO o Brasil oferece demonstração da vitalidade dos mecanismos de interação entre o Estado e a sociedade civil.

Dito isso, além dessa introdução, o presente trabalho está organizado em quatro capítulos, além das considerações finais, abordando informações relacionadas ao marco teórico que sustenta o presente estudo, metodologia, trabalho de campo e análise.

O capítulo 1 – Metodologia – descreve os métodos utilizados para a realização da referida pesquisa, além de enfatizar as técnicas utilizadas no processo de coleta de dados em campo.

O capítulo 2 – Revisão Teórica – perfaz um sobrevoo sobre os marcos teóricos que melhor entendemos para apreender o fenômeno da política pública da ENIMPACTO, tratando de entender os conceitos sobre interação Estado-sociedade, agendamento de política pública, ativismo institucional e movimentos sociais e sua atuação na implementação e formulação de políticas públicas.

O capítulo 3 – Apresentação do caso – expõe a trajetória de criação e desenvolvimento da ENIMPACTO. Exemplificando seus objetivos, desenvolvimento do trabalho, implementação, além de revelar informações relacionadas ao ativismo institucional e as organizações de movimentos sociais participantes da sociedade civil.

O capítulo 4 – Análise e discussão do caso – apresenta os resultados da presente pesquisa, tendo como finalidade o objetivo geral e os específicos, analisando e discutindo a percepção dos envolvidos na criação do projeto, mostrando como cada grupo teve sua parcela de envolvimento necessária para a aprovação da ENIMPACTO.

As considerações finais apresentam argumentos que foram possíveis desenvolver diante da análise dos dados coletados em campo, à luz dos conceitos utilizados para compreensão do fenômeno. Ademais, enfatiza a percepção da pesquisadora sobre o tema estudado, bem como destaca a importância de todos os processos articulados que foram necessários para formulação e implementação da política pública da ENIMPACTO.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente estudo foi realizado acerca da formulação e implementação da política pública da ENIMPACTO. Para tanto, foram mobilizados, por meio de entrevistas, os atores e sujeitos responsáveis e envolvidos com a criação do grupo de trabalho que deu origem a ENIMPACTO.

Considerando o objeto de estudo em pauta, esta pesquisa é caracterizada como qualitativa. Segundo Creswell (2010, p. 26), "a pesquisa qualitativa é um meio para explorar e entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano". Godoy *et al.* (2006, p. 90) complementa que "a pesquisa qualitativa abrange várias formas de pesquisa e nos ajuda a compreender e explicar o fenômeno social com o menor afastamento possível do ambiente natural". A análise qualitativa é utilizada para interpretar os elementos narrativos dos dossiês, bem como das entrevistas e observação do campo.

A estratégia utilizada foi a descrição e análise de um caso típico, o qual é próprio para a realização de uma pesquisa empírica, que investiga fenômenos dentro de seu contexto real, em profundidade, com pouco controle do pesquisador sobre eventos e manifestações do fenômeno (MARTINS, 2006; YIN, 2015).

A pesquisa de campo, segundo Vergara (2006), pode ser descrita como a investigação empírica que é traçada em uma determinada localidade em que aconteceu um fenômeno.

Em relação aos procedimentos utilizados, realizou-se uma pesquisa baseada em entrevistas semiestruturadas de grande profundidade, sendo entrevistados 09 (nove) informantes-chave (pessoas que participaram de forma central do processo de criação da ENIMPACTO), utilizando o roteiro de entrevista constante em apêndices. Cada entrevista durou entre uma e duas horas, sendo gravadas e sistematizadas por escrito com o consentimento dos entrevistados e foram realizadas entre 15 de julho e 30 de agosto de 2019. No início de cada entrevista, os participantes receberam uma garantia de confidencialidade e seus nomes não foram divulgados de acordo com a solicitação.

Os dados secundários deste estudo foram obtidos por meio da análise de diversos documentos, como relatórios, atas, fotografias, redes sociais, material informativo e outros documentos, que informam sobre os resultados e acontecimentos da ENIMPACTO.

2.1 Processo de coleta de dados

A metodologia de coleta dos dados tem como elemento central mapear as ferramentas de criação da ENIMPACTO, visto que essa é uma modalidade de política pública ainda pouco utilizada em outros países, sendo o Brasil um dos países pioneiros na criação desse tipo de política pública. Durante o processo de formulação, diferentes alternativas e soluções foram apresentadas visando a sua aprovação, como por exemplo, direcionar o processo para ser tramitado pelo Poder Legislativo, porém, foi entendido que por meio de um Decreto Presidencial haveria uma janela de oportunidade política com maior celeridade e mais assertividade para os fins do grupo de trabalho envolvido. Quando analisamos os documentos de tramitação e o desenrolar do processo, os repertórios de ação da ENIMPACTO eram identificados e os substitutivos de cada Comissão eram comparados para verificar as alterações realizadas nos artigos do Decreto que criou a política pública. A análise e o estudo dos documentos produzidos e tramitados também foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho ao lado das entrevistas realizadas.

2.2 Técnica de investigação de dados

Para a realização do referido estudo, a técnica principal utilizada para o levantamento de dados foram as entrevistas semiestruturadas com os atores do grupo de trabalho que antecedeu a criação da ENIMPACTO (ativistas institucionais e as organizações da sociedade civil envolvidas). Neste tipo de técnica, Triviños (1987, p. 146) descreve que as entrevistas semiestruturadas “têm como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa”. Esses dados coletados a partir das entrevistas deram o embasamento fundamental de como todo o processo da ENIMPACTO foi construído, sendo colocado como ponto indispensável para a compreensão e o desenvolvimento deste trabalho.

Foram entrevistadas nove pessoas das sete principais organizações envolvidas na temática apresentada na pesquisa, dando embasamento ao conhecimento empírico do trabalho, nos apêndices consta o questionário utilizado para obtenção das respostas necessárias para a construção deste trabalho. Abaixo o quadro 1 lista o quantitativo de entrevistados por organização:

Quadro 1 - Quantitativo de entrevistados por organização

ORGANIZAÇÕES ENTREVISTADAS	
Nº de Entrevistados	Organização
2 ENTREVISTADOS	MDIC
2 ENTREVISTADOS	ICE
1 ENTREVISTADO	SEBRAE
1 ENTREVISTADO	SITAWI
1 ENTREVISTADO	PNUD
1 ENTREVISTADO	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
1 ENTREVISTADO	GIFE

Fonte: Elaboração própria, com base no questionário de entrevistas (2021).

A partir dessas entrevistas semi-estruturadas, foram elaborados quatro quadros, e um fluxograma de processos com o intuito de facilitar a compreensão e interpretação dos acontecimentos durante a formação do movimento social, e também na construção da estratégia.

Quanto ao método de pesquisa documental, foram analisados os seguintes documentos:

- Legislação aplicável: Decreto nº 9.977, de 19 de agosto de 2019 – Institui a Enimpecto e cria o Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto (BRASIL, 2019); e, Portaria ME nº 1.704, de 21 de janeiro de 2020 - Designa os membros do Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto (BRASIL, 2020); Resoluções Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto: Regimento Interno do Comitê (BRASIL, 2018).
- Documentos: Documento-Base - versão revisada em 06 de dezembro de 2018 (BRASIL, 2018).
- Atas de Reuniões: Ata da 1ª Reunião do Comitê - 07 de fevereiro de 2018 (BRASIL, 2018); Ata da 2ª Reunião do Comitê - 09 de maio de 2018 (BRASIL, 2018); Ata da 3ª Reunião do Comitê - 14 de agosto de 2018 (BRASIL, 2018); Ata da 4ª Reunião do Comitê - 06 de dezembro de 2018 (BRASIL, 2018); Ata da 5ª Reunião do Comitê - 19 de março de 2019 (BRASIL, 2019); Ata da 6ª Reunião do Comitê - 18 de junho de 2019 (BRASIL, 2019); Ata da 7ª Reunião do Comitê - 2 de outubro de 2019 (BRASIL, 2019); Ata da 8ª Reunião do Comitê - 29 de janeiro de 2020 (BRASIL, 2020); Ata da 9ª Reunião do Comitê - 14 de abril de 2020 (BRASIL, 2020); Ata da 10ª Reunião do Comitê - 29 de julho de 2020 (BRASIL, 2020); Ata da 11ª Reunião do Comitê - 26 de novembro de 2020 (BRASIL, 2020); e, Ata da 12ª Reunião do Comitê - 31 de março de 2021 (BRASIL, 2021).

- Relatórios Anuais: Relatório Anual de Atividades – 2018 (BRASIL, 2018); Relatório Anual de Atividades – 2019 (BRASIL, 2019); e, Relatório Anual de Atividades – 2020 (BRASIL, 2020).

Segundo Cellard (2008) a análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, como: grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. Essa análise se torna possível graças à importância do documento escrito que constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas, e ainda vale ressaltar que ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas também num passado recente. Como é o caso dessa pesquisa que se utiliza de documentos recentemente confeccionados durante o período de criação e de implementação da ENIMPACTO.

3 REVISÃO TEÓRICA

Nesta sessão iremos apresentar os fundamentos conceituais utilizados neste trabalho para aprender o fenômeno em estudo, a saber a interação Estado-sociedade para produção da política pública da ENIMPACTO. Nesse sentido, utilizamos a abordagem das políticas públicas, nomeadamente, agenda de governo, ativismo institucional e os movimentos sociais, e sua atuação na implementação e formulação de políticas públicas.

3.1 Agenda de Governo

O termo "agenda" é usado para aludir a um conjunto geral de controvérsias políticas que são vistas como preocupações legítimas que merecem a atenção da sociedade. Esse mesmo termo também pode ser usado para designar um conjunto de itens concretos programados para consideração ativa e séria por um órgão decisório institucional específico (COBB; ELDER, 1991).

A agenda está associada ao conjunto de temas ou problemas apontados como relevantes em um determinado momento, como resultado da ação política de atores (burocratas, mídia, partidos políticos, movimentos sociais, etc). Considerando-se a grande quantidade de acontecimentos, fatos e problemas existentes no dia a dia, e que mereceriam atenção do governo, por que alguns temas são priorizados em detrimento de outros? Como os formuladores decidem quais problemas serão enfrentados e quais poderão esperar? Como esse processo se desenvolve? Essa questão, que abrange um complexo processo de disputa por atenção, resume o principal objetivo dos estudos sobre agenda: analisar o processo pelo qual problemas são considerados mais (ou menos) relevantes ao longo do tempo, elemento chave para compreender a ação (ou inação) governamental (CAPELLA, 2013)

Colling (2001, p. 92) destaca a importância dos estudos realizados acerca da agenda de governo:

Os estudos sobre agenda-setting ganham cada vez mais importância justamente porque os meios de comunicação de massa assumem um papel fundamental na disseminação das informações no mundo contemporâneo. Ainda que a comunicação interpessoal tenha o seu papel, atualmente, é difícil que um grande número de pessoas fique sabendo de um acontecimento somente através das conversas com os seus familiares, amigos ou colegas de trabalho. Para um fato ser conhecido pela sociedade, especialmente nos grandes centros urbanos, é vital que ele transite nos meios de comunicação. Embora não se detenham no conceito de agendamento, esta é uma posição que vem sendo adotada por vários pesquisadores. (COLLING, 2001, p. 92)

Colling (2001) evidencia, com o conceito exposto acima, a importância dos meios de comunicação de massa, como forma de manter a sociedade informada a respeito de determinado assunto. Dessa forma, a mídia assume um papel de destaque no meio social, pois devido ao seu alcance, ela será capaz de determinar os assuntos a serem conversados pelas pessoas em seu convívio social.

Dearing e Rogers (1996) definem a agenda de governo como sendo um processo permanente de concorrência entre proponentes de temas, visando ganhar a atenção das mídias, do público e da elite política, sendo as mídias de massa a “arena pública” partilhada, onde os mais variados temas ganham e perdem relevância ao longo do tempo. Isso demonstra que os agentes organizam as suas agendas de acordo com a relevância que cada tema possui em determinado momento.

Inicialmente, pode-se entender a agenda de governo como sendo uma “pauta de fixação”, uma maneira de direcionar a atenção dos leitores, evidenciando quais os temas são de interesse da coletividade. A influência da Televisão na sociedade é inquestionável, as pautas definidas pela mídia também são capazes de definir os temas relevantes para a sociedade (SILVA, 2015).

Barbosa (2010, p. 27) destaca a teoria da agenda de governo da seguinte forma:

A teoria da agenda-setting parte da premissa de que o público lança mão de pistas de relevâncias fornecidas pelos mass media para organizar a sua própria agenda, configurada, por sua vez, a partir da percepção de importância dos temas, de modo que a agenda dos media informativos possui relação direta com a agenda pública. Nesse sentido, a maioria das pesquisas em agenda-setting estuda possíveis correlações entre a agenda midiática e a pública. (BARBOSA, 2010, p. 27)

A colocação feita pelo autor demonstra como a opinião pública está correlacionada com as informações passadas pelas mídias. A sociedade organiza a sua agenda de acordo com os temas que a mídia considera relevantes e com a intensidade com que eles são propagados nos meios de comunicação, como também poderá ser configurada ao inverso, os meios de comunicação poderão organizar a sua agenda conforme aquilo que a sociedade considera relevante em determinado momento.

Silva (2015) em seu estudo, busca analisar como as informações passadas pela mídia conseguem influenciar no posicionamento e comportamento de professores e alunos. Buscando entender como os alunos se relacionam com o que é pautado na programação assistida por eles e de como esses assuntos estão relacionados com os posicionamentos adotados em sala de aula. Dessa forma, é fundamental que os estudos acerca da agenda de governo sejam mais elaborados, para que se tenha uma percepção sobre a influência exercida pelas mídias nos posicionamentos

adquiridos pelos indivíduos em seu convívio social. Principalmente quando se leva em consideração as mudanças sociais e econômicas. O mundo globalizado modificou de forma considerável a forma como as pessoas e as organizações se relacionam, como também modificou a velocidade com que as informações circulam.

Diferentes elementos influenciam a agenda de governo, fazendo com que determinados assuntos tenham mais relevância do que outros dentro de uma sociedade democrática. Dentre alguns pressupostos que determinam a teoria do agendamento, está a atenção dada pelo público e pelos chefes dos poderes legislativo e executivo a determinados assuntos em detrimento de outros. Os envolvidos nesse processo possuem uma série de assuntos, cada qual com a sua relevância, onde ficam competindo entre si para saber a posição a ser ocupada na agenda (BARBOSA, 2010). Nesse sentido, vale ressaltar que a atuação de movimentos sociais e/ou ativistas institucionais conseguem motivar e até mesmo definir que certos problemas sejam elucidados e vistos de forma positiva a serem inseridos na agenda dos fazedores de políticas.

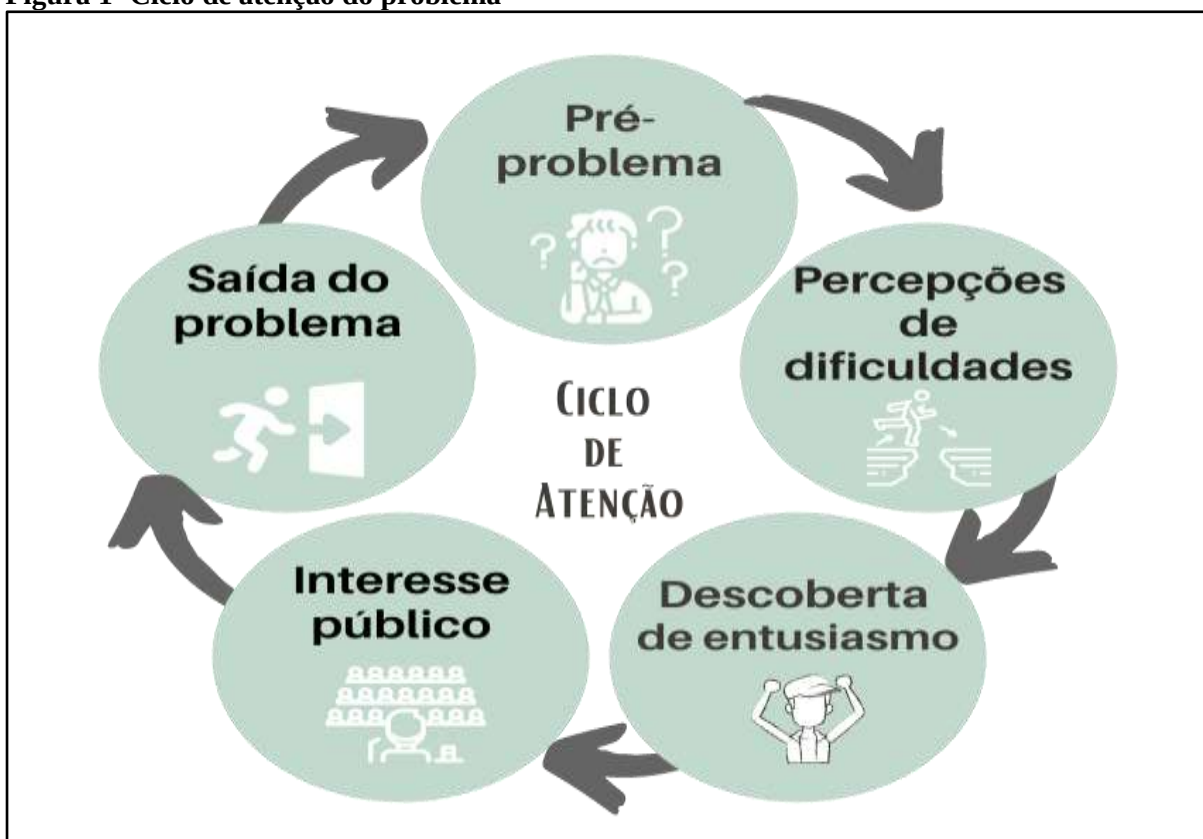
Os estudos sobre a agenda de governo têm avançado em torno de três eixos: análises sobre a agenda midiática (media agenda-setting); estudos sobre a agenda pública (public agenda-setting); e pesquisas sobre a agenda de políticas governamentais (policy agenda-setting). A agenda midiática está direcionada às questões enfatizadas pelos meios de comunicação de massa, enquanto a agenda pública é constituída pelos assuntos considerados relevantes pela opinião pública em geral. A agenda governamental abrange as questões relevantes para os formuladores de políticas governamentais e grupos próximos a estes (CAPELLA, 2013).

O processo de formação da agenda governamental e a ampliação da democracia via participação popular possuem relação direta com o processo de políticas públicas, essa relação parte de duas grandes hipóteses, a primeira entende que, os problemas que demandam ações do governo e são construídos de forma social, são separados pelos tomadores de decisões que tem como missão priorizar alguns problemas em vez de outros. Dessa forma, ampliar a identificação de uma demanda envolvendo um número maior de atores, atraindo a atenção da sociedade e provocando um aumento tanto do escopo democrático pela participação popular no diagnóstico e ampliação do problema, quanto induzir na dinâmica de eleger esses problemas, visto que a mobilização popular possibilita o aumento da visibilidade dessas questões ao Estado. A segunda, indica a existência de vários níveis de agenda, como: agendas sistêmicas e institucionais que compreendem a um conjunto de questões consideradas pelos participantes do processo político (COBB; ELDER, 1972).

As pesquisas sobre a agenda governamental revelam a complexidade do processo decisório e a quantidade de questões que se apresentam sistematicamente aos formuladores de políticas, que por sua vez acabam centralizando a atenção destes em um composto limitado de assuntos considerados importantes. Os poucos assuntos que conseguem resistir a esse processo antagonista podem vir a integrar uma política pública, ou seja, podem ser transformados em programas e projetos governamentais. Compreender como essas questões conquistam a atenção dos formuladores de políticas é uma das preocupações centrais ao estudo da agenda governamental. O processo de reconhecimento de uma questão por parte do governo está ligado diretamente à relação de concepção e percepção sobre a existência de um problema que demanda ações concretas de governo. A definição, articulação e direcionamento de atenção dos formuladores de políticas sobre um problema pode determinar o sucesso de uma questão no processo da agenda governamental no qual outros assuntos são colocados, aguardando a atenção destes formuladores. Inúmeros atores buscam influenciar a agenda por meio da definição de um problema, recorrendo à construção de narrativas baseadas na seleção de informações; dados, modelos, formas de favorecer um curso de argumentação e persuasão. Esses atores utilizam-se dos meios institucionais e também do controle de acesso ou mesmo do bloqueio de outros grupos à agenda (CAPELLA, 2013).

Outro ponto que é significativo na formação da agenda é a criação de um ciclo de atenção que tem a responsabilidade de influenciar o comportamento do público em relação aos problemas e, conseqüentemente, sobre a agenda, este ciclo foi desenvolvido por (DOWNS, 1972) no qual o mesmo acredita que a natureza vaga e transitória da opinião pública é uma característica significativa para reconhecer problemas e políticas públicas no ciclo de atenção. Segundo Downs, o processo de formação de políticas públicas sujeita-se a momentos de atenção da opinião pública a questões sociais e problemas. Este ciclo tem início quando algum assunto em determinado momento e por vários motivos, passa a ser considerado um problema e captura o foco e a atenção popular, continuando em ênfase e em discussão por um período de tempo considerável. O ciclo de atenção passa por transformações quando o assunto é modificado e outro tema ou problema passa a ser centro da atenção pública, ocupando o espaço do assunto anterior, mesmo que este não tenha sido resolvido, transforma-se em um processo contínuo (DOWNS, 1972).

Figura 1- Ciclo de atenção do problema



Fonte: Elaboração própria baseada no texto de Downs (1972).

A figura acima mostra o ciclo dividido em cinco fases no qual compreende-se da seguinte forma: 1) estágio pré-problema, na qual uma condição social existente ainda não chama a atenção do público; 2) Quando o pre-problema torna-se uma descoberta alarmada e de entusiasmo eufórico na qual o público se torna consciente de uma questão e impressionado com suas consequências; 3) Momento em que um período é marcado por uma crescente percepção do custo de um progresso significativo, até que; 4) Inicia-se um declínio gradual do interesse público e; 5) Qualifica-se como a saída do problema do centro das preocupações do público, seja por meio da substituição do problema por outro ou seu deslocamento para fora do debate público, onde recebe um nível muito menor de atenção (DOWNS, 1972 apud CAPELLA, 2015).

O processo de formação da agenda de acordo com as pesquisas, concentra suas investigações nas complexas relações entre as variadas explicações para a formação da agenda governamental, de modo que as investigações levam a entender que, mesmo depois do processo de filtração realizado pelos decisores de política (policy makers) ainda existe um afinilamento maior para a conclusão da seleção. Então, compreende-se que todas as questões consideradas importantes pelos tomadores de decisões, ainda que integrem a agenda governamental, não se

tornaram necessariamente uma política pública, algumas irão ser consideradas e posteriormente serão descartadas, ao mesmo tempo em que outras seguirão o curso normal na disputa pelo processo de produção de política (CAPELLA, 2015).

Para Kingdon (2003) existem dois tipos de agenda política que ganham a atenção do governo; a agenda de governo e a agenda de decisão são diferenciadas pela sua amplitude, a agenda de governo engloba variadas questões e assuntos nos quais o governo pretende concentrar sua atenção de acordo com o momento que está sendo vivenciado, a agenda de decisão é mais concisa e precisa, no qual fazem parte dela assuntos da agenda de governo e questões que estão em discussão em determinado momento.

O modelo de múltiplos fluxos criado por Kingdon (1972) é um dos modelos mais influentes nas análises de políticas públicas por oferecer detalhes ricos da construção da agenda, levantando questionamentos como: o que leva um assunto a ser inserido nas agendas governamentais e decisórias? O que é uma questão importante aos olhos do governo? Para responder esses questionamentos, o autor baseia-se nos dois primeiros tópicos dos quatro processos que ele acredita ser o melhor caminho para formação de políticas públicas; o estabelecimento de uma agenda de políticas (agenda-setting); a especificação de alternativas a partir das quais as escolhas vão ser realizadas (policy formulation); a escolha dominante entre o conjunto de alternativas disponíveis e, finalmente, a implementação da decisão. Assim ele cria o modelo de múltiplos fluxos no qual veremos a seguir suas definições e bases teóricas (KINGDON, 2003).

O modelo foi utilizado primeiramente na análise de políticas públicas de saúde e transporte no governo federal norte-americano, tendo segmento em análises de políticas governamentais, seu escopo foi planejado a partir de um corpo extenso de dados empíricos, obtidos em sua maior parte por meio de entrevistas com altos funcionários públicos. O modelo preocupa-se com os estágios pré-decisórios da formulação de políticas (CAPELLA, 1992 apud KINGDON, 2003).

O modelo de múltiplos fluxos foi baseado no modelo lata de lixo, escrito por Cohen, March e Olsen (1972) (*“A garbage can model of organization choice”*). ¹Kingdon (2003) define o governo americano como uma “anarquia organizada”, em que observa-se a existência

¹ O modelo da lata de lixo (também conhecido como processo da lata de lixo ou teoria da lata de lixo) descreve a realidade caótica da tomada de decisão organizacional em uma anarquia organizada. O modelo teve origem no artigo semanal de 1972, Um modelo de lata de lixo da organização, escrito por Michael D. Cohen, James G. March e Johan P. Olsen.

de três fluxos de ordem decisória que seguem um caminho autônomo atravessando o governo. Esses fluxos confluem em momentos críticos e diante disso a agenda sofre uma mudança. Desse modo, no modelo de múltiplos fluxos, a mudança da agenda é uma consequência da convergência entre três fluxos: problemas (*problems*); soluções ou alternativas (*policies*); e políticas (*politics*).

Para entender a influência dos problemas na mudança da agenda, Kingdon (2003, p. 90) considera que:

A qualquer momento, pessoas importantes dentro e ao redor do governo podem atender a uma longa lista de problemas. Pessoas em transporte, por exemplo, poderiam estar examinando os custos de regulamentação, deterioração da infraestrutura, questões de segurança de automóveis, produção de um novo avião supersônico, o colapso potencial do serviço ferroviário em uma ou outra seção do país, deficiências no movimento dos passageiros, e os custos e escassez de energia. Obviamente, eles prestam atenção para alguns problemas em potencial e ignoram outros. Às vezes, sua atenção é afetada por um indicador mais ou menos sistemático de um problema. Em outros momentos, um evento dramático chama sua atenção, ou o feedback da operação dos programas existentes sugere que nem tudo está bem. Mas os problemas também não são totalmente auto-evidentes. Como as pessoas definem algo como um problema merecer alguma consideração. (KINGDON, 2003, p. 90)

Na visão de Kingdon (2003), os problemas passam a ser notados pelos formuladores de políticas públicas de acordo com o momento em que o problema em questão está sendo observado, no qual aquele que se destaca acaba sendo absorvido e integrado à agenda, podendo ele ser de interesse midiático ou não.

Abaixo a **figura 2** evidencia o modelo de fluxos de John Kingdon:

Figura 2 - O Modelo de Múltiplos Fluxos de John Kingdon



Fonte: Capella (2006).

Com base nas informações expostas acima, pode se dizer que, a agenda governamental e a prioridade na resolução de seus problemas é modificada de acordo com a relevância de cada

problema, além da sua repercussão na mídia. Os estudos mostram pontos de vista de forma diferente em relação ao que leva os formuladores de políticas públicas a incluírem determinado tema ou problema na agenda, e não necessariamente esse será transformado em uma política pública. O estudo também evidencia como os meios de comunicação são capazes de influenciar nas opiniões e posicionamentos do público, conduzindo a pauta e a relevância dos assuntos sociais. Desta forma, a mídia, a sociedade e os entes públicos, organizam as suas prioridades de acordo com aquilo que é considerado mais relevante no meio social. Os planos de governos são elaborados de acordo com as demandas vindas do meio social, como também a definição das políticas públicas, e não se configuram como elementos estáticos, na verdade são o inverso disso, pois elas são capazes de se modificarem de maneira rápida e constante.

3.2 Ativismo Institucional

Este tópico faz uma análise a respeito do ativismo institucional presente nas instituições públicas. A escolha que o executivo faz para os cargos de livre nomeação é de extrema importância para o desenvolvimento de políticas públicas. O presidente da república possui duas opções, para preenchimento dos cargos de confiança ele poderá basear suas escolhas em critérios técnicos, nomeando pessoas que possuem um perfil técnico e não político, ou podem nomear pessoas que serão indicadas pela sua base de apoio no Congresso Nacional. Essa interação é denominada governabilidade, que é onde o executivo cede cargos públicos em troca do apoio necessário à aprovação das pautas governistas.

“A atuação de ativistas de movimentos sociais no interior das instituições políticas em defesa de suas causas não é uma novidade para a literatura sobre as relações entre movimentos sociais e Estado no Brasil” (PEREIRA, 2020, p. 303). Os parlamentares são eleitos para defender os interesses dos grupos que representam. O Congresso Nacional tem diversos grupos, como por exemplo: os parlamentares que defendem os interesses da classe evangélica, a bancada ruralista, que defende os interesses dos produtores rurais e há os parlamentares que defendem os interesses das minorias, como negros e o grupo LGBTQIA+. Cada parlamentar em sua campanha política, busca defender uma bandeira, e dentro do Congresso Nacional trabalha para aprovar medidas que beneficiem esses grupos.

Atualmente o ativismo institucional no Brasil está bastante polarizado, configurando um conflito entre ativismo institucional progressista, secundarizando as relações contenciosas estabelecidas entre ativistas institucionais progressistas, conservadores no âmbito de confrontos

políticos e o ativismo institucional voltado às pautas mais conservadoras. Outro ponto a ser abordado está relacionado a ocupação de cargos públicos por agentes oriundos de determinado grupo social ou econômico, buscando defender os seus interesses, destacando também que esses grupos não utilizam apenas estratégias internas, eles fazem uma combinação entre as ações daqueles que já estão ocupando cargos na máquina pública com ações de agentes externos (PEREIRA, 2020).

Amaral (2018), cita como exemplos o programa Fome Zero e o Programa Vida Digna no Campo, quando o presidente Lula trouxe para compor sua equipe técnica indivíduos que estavam diretamente ligados as pautas das minorias, implementando uma nova forma de gestão e uma nova maneira de elaboração de políticas públicas, configurando um “novo modelo de atuação burocrática”. Nesse contexto, quando um governo mantém em seu quadro técnico pessoas com perfil técnico e que sejam oriundas das lutas dos grupos aos quais tais programas são destinados, os interesses desses grupos estão representados na figura desse agente público.

Na visão de Marques (2004, p. 19-20) o ativista institucional é promotor de um tipo específico de poder para defesa ou barganha das causas daquele movimento social ou de grupos de interesses: o "poder institucional", ou seja, o poder derivado dos recursos associados à posição institucional que ocupa.

O ativismo institucional deve ser analisado por uma ótica otimista, quando se verifica a aliança entre a sociedade civil e o aparato estatal, diminuir a distância entre os dois é fundamental para que o Estado faça uma gestão equilibrada e alcance os resultados pretendidos. Para consolidar essa ideia, Rich (2013) e Cartaxo (2018) destacam o cenário vivenciado pelo país quando se descobriu o vírus da AIDS. As alianças entre burocratas e sociedade civil ajudaram a consolidar esse campo no Brasil e estabelecer as primeiras respostas quando a doença era algo desconhecido no país.

Quando os agentes públicos são originários de grupos aos quais representam, principalmente daqueles grupos minoritários que possuem uma história de luta por medidas que promovam a igualdade de direitos, esses grupos ganham voz no setor público. Desta forma, o ativismo institucional é uma ferramenta benéfica para esses grupos, que conseguirão dar mais visibilidade às suas reivindicações e lutar pela aprovação de programas que reduzam as desigualdades sociais e promovam mais igualdade econômica.

Um ótimo exemplo citado por Cartaxo (2018) está relacionado às políticas públicas de saúde voltadas ao combate do vírus da AIDS. O autor destaca a atuação mais ativista de indivíduos que estavam ocupando cargos na máquina pública e de como sua forma de atuação

foi importante para a implementação da política de AIDS brasileira e sua consolidação. As alianças formadas pelos burocratas e a sociedade civil foram fundamentais para que o Brasil avançasse nas ações de combate ao vírus da AIDS e no tratamento dos infectados.

Abers, Serafim, Tatagiba (2014, p. 326), destacam que durante o governo Lula, “o motim da “participação da sociedade” abriu espaço para a combinação mais criativa de diferentes práticas e rotinas, ampliando as chances de acesso e influência dos movimentos sobre o Estado, obviamente com variações setoriais importantes”. Dessa forma, a compreensão sobre o argumento citado acima pelas autoras, é aquele que mostra “a abertura no contexto do governo Lula para um experimentalismo inédito, resultante da presença de aliados dos movimentos em postos-chaves no interior do Estado”.

A autoras Abers, Serafim e Tatagiba (2014, p. 348) analisam ainda a questão do ativismo institucional visando a ponte interação Estado-sociedade no governo Dilma Rousseff, no qual consideram que “o governo Dilma Rousseff ainda emprega importantes ativistas em órgãos como a Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR), que continua a promover o fortalecimento de arenas participativas ao longo de sua administração”. As evidências descritas pelas autoras nos trechos anteriores demonstram que a abertura para a possibilidade de trabalho dos ativistas institucionais no Brasil foi fomentada particularmente nos governos de Lula e Dilma, onde foi possibilitado a interação e participação da sociedade civil nas pautas da união, de forma a possibilitar um ambiente favorável para resolução de problemas antes pouco vistos pelo Governo.

Vale a pena salientar a importância de analisar os ativistas institucionais, não apenas como executores passivos das orientações dos projetos das organizações de movimentos sociais e reivindicações, mas sim como atores ativos que, em determinados momentos, podem assumir um papel protagonista no sentido da elaboração e proposição de ações que não foram previamente formuladas e demandadas pelas organizações de movimentos sociais (PETTINICCHIO, 2012).

“Os atores dentro das instituições são os agentes responsáveis por implementar e contestar pautas” (CARTAXO, 2018, p. 29). Essa forma de atuação é fundamental para o processo democrático, pois os indivíduos que compõem a organização estão, muitas das vezes, alinhados aos interesses de determinados movimentos sociais que também os representam. Desta forma, o ativismo institucional é fundamental para a aprovação e implementação de pautas que representam os interesses de grupos minoritários. No entanto, para que esse processo

seja fluido e benéfico para todos os agentes envolvidos, é fundamental que o Estado mantenha uma comunicação eficiente com a Sociedade Civil.

Santoro e McGuire (1997, p. 504-505), deram um passo além ultrapassando o reconhecimento de aliados de movimentos sociais ou defensores de temas institucionais específicos, e foram uns dos primeiros autores a usar explicitamente o termo “ativismo institucional” para se referir a ele. Esses participantes de movimentos sociais com status formal no governo, perseguem seus objetivos por meio de canais burocráticos como membros políticos, contatam diretamente e influenciam os tomadores de decisão a baixo custo, e são diferentes dos participantes tradicionais em movimentos sociais, pois enfrentam um sistema de participação apenas de pressão estratégica. O autor analisa duas políticas norte-americanas que promovem a igualdade racial e de gênero e mostra que, ao contrário de outros burocratas, os ativistas institucionais adotam a ideologia dos movimentos sociais e usam seu status oficial para influenciar as políticas públicas para atingir seus objetivos.

A literatura que estimula a concepção de ativismo/ativista institucional no Brasil é ainda muito embrionária. Mesmo que haja reconhecimento dos limites de uma fragmentação absoluta entre movimentos sociais e os atores/instituições político-administrativas já possuam uma certa trajetória, só há pouco tempo atrás o conceito de ativismo/ativista institucional começou a ser empregado para denominar esta forma específica de ativismo que opera a partir da ocupação de posições institucionais (RECH; SILVA, 2016).

Quando se fala em comunicação com a sociedade civil e os demais poderes Públicos, é importante analisar a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Seu Art 3º e os seus incisos, até o IX, trazem a seguinte redação:

Art. 3º À Secretaria de Governo da Presidência da República compete assistir direta e imediatamente o Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente: I- na condução do relacionamento do Governo federal com o Congresso Nacional e com os partidos políticos; II- revogado; III- revogado; IV- na interlocução com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; V- revogado; VI- revogado; VII- revogado; VIII- revogado; IX- no relacionamento e articulação com as entidades da sociedade civil e na criação e implementação de instrumentos de consulta e participação popular de interesse do Poder Executivo federal; (BRASIL, 2003, não paginado).

A lei que rege a organização da Secretaria de Governo da Presidência da República é estruturada de uma maneira que facilite a comunicação do Poder Executivo com os demais poderes e com a sociedade civil. A sociedade civil deve manter um canal direto de comunicação com a Presidência da República, é essencial para ambas as partes, pois são apresentadas as demandas públicas, e baseadas nelas o governo formulará as políticas públicas voltadas às mais

diversas áreas sociais. É importante que esse espaço sempre esteja aberto para que ambas as partes discutam as melhores políticas públicas, as melhores formas de implementação e as demandas prioritárias. Esse espaço de comunicação é importante para que se realize um ativismo institucional eficiente, promovendo o engajamento da sociedade civil, visando a aprovação das demandas mais importantes

3.3 Movimentos sociais e políticas públicas

Os movimentos sociais podem ser conceituados como um modelo especial de atores e/ou conexões inseridas nos processos de formulação e implementação de política pública, buscando resultados e soluções para problemas correlacionados com seus interesses. A bibliografia estudada nesta área estabelece que as políticas públicas são produtos de “subsistemas de política pública”, no qual grupos de atores e instituições de dentro e de fora do Estado se envolvem em uma área específica de política pública (JENKINS-SMITH; CLAIR; WOODS, 1991).

A dinâmica de subsistemas é desenhada pelo confronto de diferentes ideias defendidas por diferentes convênios e coalizões, o qual converte-se em mudança ou “aprendizado”. Esse processo de mudança acontece por dentro do subsistema com a finalidade de mudanças externas para sociedade de forma mais ampla (SABATIER; JENKINS-SMITH, 1993). Dessa forma é observado que, o que diferencia o desempenho dos movimentos sociais nos subsistemas de políticas públicas é o fato de eles oferecerem às pessoas comuns a oportunidade de se organizarem de forma conjunta para possuir voz ativa nos âmbitos de tomada de decisão. Ao levarem para o interior dos subsistemas, atores e interesses previamente não considerados pelos tomadores de decisão são colocados em pauta pelos movimentos sociais, que acionam um conjunto de interações confrontadas (ABERS, 2014).

Diani e Bison (2010, p. 221), exemplifica os movimentos sociais como ação coletiva conflitiva ligada à expressão pública com ênfase na correção de injustiça e na conquista de bens públicos:

Os processos de movimento social como exemplos de ação coletiva com clara orientação para o conflito com relação a oponentes sociais e políticos específicos, conduzida no contexto de densas redes interorganizacionais, por atores ligados por solidariedades e identidades compartilhadas que precedem e sobrevivem a coalizões e campanhas específicas [...]. Em primeiro lugar, a experiência dos movimentos sociais está inextricavelmente ligada à expressão pública de um conflito social. A ação coletiva não somente se orienta para o trato de problemas coletivos, para corrigir injustiças, conquistar bens públicos, atacar fontes de descontentamento, ou expressar apoio a certos valores ou princípios morais; ela o faz identificando alvos para os

esforços coletivos, especificamente articulados em termos sociais ou políticos. (DIANI; BISON, 2010, p. 221)

Segundo a visão de Gomes (2021), os movimentos sociais (MS) são compreendidos como ações sociopolíticas produzidas por atores coletivos de distintas classes e categorias sociais ancoradas, porém não possuem limites para as associações, mas, pretendem oportunizar a mobilização em larga escala. Desse modo, transferem aquilo que era um problema do nível pessoal para o coletivo, nessa visão entende-se que o “associativismo” tem um papel de muita importância no desencadeamento dos MS.

Segundo Habermas (2003, p. 99), a literatura surge dando ênfase à magnitude da vasta política situada fora do mercado e do Estado no qual devem interagir entre associações e grupos mobilizados pela solidariedade, respeito mútuo e comunicação.

[...] O núcleo central [da sociedade civil] é formado por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida. A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas [...]. (HABERMAS, 2003, p. 99)

Existe uma vasta literatura acerca dos efeitos dos MS, que parte do pressuposto de que eles produzem mudanças para a sociedade e buscam identificar sob quais situações do contexto político são produzidos estes resultados, tendo em vista as diversas conjecturas em que pelem. Analisar as condições que favorecem os resultados dos movimentos e o quanto eles importam em comparação com outros atores se torna essencial para entender como eles podem influenciar nessas mudanças políticas e sociais (AMENTA; CAREN, 2013).

No Brasil, houveram pesquisas baseadas nas interações entre os MS e o Estado que certificam que os movimentos sociais não podem ser reduzidos analiticamente à política do confronto, por três razões. Vejamos a ilustração da **figura 3**, baseada no texto de Abers, Silva e Tagiba (2018):

Figura 3- Movimentos são mais que política de confronto



Fonte: Elaboração própria, (2021), baseada em Abers; Silva; Tagiba (2018)

Primeira: os movimentos sociais se engajam em um conjunto de atividades, que não necessariamente implicam a relação de conflito com os detentores de poder: em sociedades complexas movimentos também cooperam com o Estado, colaborando na elaboração e implementação de políticas governamentais (GIUGNI; PASSY, 1998; CARLOS, 2012). **Segunda:** os movimentos sociais combinam uma pluralidade de formas de relação com o Estado em modelos híbridos e criativos que promovem a articulação circunstancial entre ação institucionalizada e não institucionalizada (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014; CARLOS, 2012; DOWBOR, 2012). **Terceira:** o uso de canais institucionalizados no repertório de ação e a formalização das organizações não leva obrigatoriamente à desmobilização do movimento (CARLOS, 2012; DOWBOR, 2012). Essa nova perspectiva sobre institucionalização da ação coletiva permitiu incorporar nas análises as instituições e os atores do sistema político, e explorar a diversidade de interações entre os movimentos e o Estado (SILVA; TAGIBA, 2018 apud ABERS, 2018).

Em meados dos anos 2000, houve a redefinição da agenda de pesquisa para uma ênfase nos resultados da participação popular que trouxe a política pública para o centro do debate. Isso alimentou uma nova leva de estudos que explorou a heterogeneidade do Estado brasileiro, demonstrando empiricamente que as diferenças setoriais importavam para o acesso ao Estado e a conquista de bens e serviços públicos pelos MS (ABERS, 2018).

Para Giugni (2008), os movimentos sociais atuam gerando influência na opinião pública e articulando com as oportunidades políticas que lhes favorecem. A mobilização é feita de forma combinada com o ambiente propício na sociedade, sugestionando a ação dos políticos que detêm a atribuição e o poder de transverter as demandas e reivindicações em políticas públicas. Dessa forma, criam alianças poderosas tanto dentro quanto fora das arenas institucionais, e o fato de existir redes fracas de opositores colabora para o êxito dos MS.

Os movimentos sociais e a sua interação com a conjuntura política, atuam de modo acordado no entendimento dos efeitos políticos da ação coletiva, constituindo o chamado “modelo combinado” (GIUGNI, 2008; GIUGNI; YAMASAKI, 2009). Em vista disso, as ligações entre as circunstâncias esclarecedoras dos efeitos foram enfatizadas através do “modelo de mediação política”, ou seja, a interdependência entre fartas formas de organização e estratégias e alguns contextos políticos (AMENTA *et al*, 2010). Essa combinação de circunstâncias não impede que haja uma forma organizacional estratégica ou contexto político que sempre produzam resultados políticos, deste modo fica explícito que os movimentos conquistam influência quando formulam suas estratégias e formas organizacionais de acordo com o contexto político específico.

Como marco realizado, o presente trabalho apresenta a visão de Carlos, Dowbor e Albuquerque (2021, p. 16) sobre a participação do Movimento da Criança e do Adolescente e a sua influência nos momentos de decisão política em busca da inclusão de algumas de suas pautas em normativas da política, como a Lei de Criação da Fundação Casa e seu Estatuto, bem como nas Resoluções do Conanda, na Lei do Sinase e nos Planos Decenais.

O movimento e seus aliados elaboraram alternativas para a política socioeducativa de internação por meio de sugestões que se converterem em resoluções dos Conselhos municipais (CMDCA), estadual (Condeca) e nacional (Conanda). Apresentaram também alternativas que resultaram nas orientações definidas pela CPI da Febem, pois suas resoluções definiram diretrizes para o “fim da Febem” e para a criação de um sistema fundado no paradigma garantista. Num nível mais amplo, as organizações do movimento integraram a elaboração participativa, ocorrida por meio de seminários em todo o país, das alternativas de política expressas nas diretrizes nacionais que constam na Resolução do Conanda (119/2006) e na Lei federal nº 12.594/2012 sobre o Sinase, e nos Planos Decenais socioeducativos em todos os níveis. Sua influência nos momentos de decisão política se nota pela inclusão de algumas de suas pautas em normativas da política como a Lei de criação da Fundação Casa e seu Estatuto.

O autor exemplifica que a influência do movimento na implementação da política socioeducativa em meio aberto aparece ao longo de toda a Campanha, quando executa o atendimento socioeducativo de LAC e Prestação de Serviço Comunitário (PSC) por intermédio de ONGs (Serviços MSE/MA), o que lhes serve de insumo para a proposição de alternativas.

De acordo com todo arcabouço apresentando neste tópico, fica claro a importância dos movimentos sociais (MS) na construção de políticas públicas, como também na implementação e intervenção de leis que possuam critérios conflitantes com a justiça e com a extinção de direitos pregados pela Constituição Federal. Os movimentos sociais (MS) são a participação ativa da sociedade na busca por melhorias na qualidade de vida, direitos igualitários e na concretização dos atos de leis já existentes.

4 APRESENTAÇÃO DO CASO

Conforme as informações coletadas para a construção desse trabalho, pode-se compreender que a Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto - ENIMPACTO nasceu a partir de uma iniciativa do Instituto de Cidadania Empresarial - ICE, que enxergou a necessidade de criar e proporcionar métodos que auxiliassem o desenvolvimento das finanças e inovações sociais. Dessa maneira articulou-se com outras organizações apoiadoras de organizações e iniciativas de finanças sociais, bem como instituições públicas, além de setores empresariais com o mesmo propósito, ao qual deram início a um grupo de trabalho no ano de 2013. Desse GT originou-se um documento base que buscava analisar de forma ampla a qualidade dos negócios sociais no Brasil. Em meio a essa pesquisa, o instituto identificou possíveis membros para a criação de um conselho do movimento de finanças sociais, que em maio de 2014 foi solidificado com a denominação de Força Tarefa de Finanças Sociais (FTFS).

A Força Tarefa tinha como objetivo fomentar, ativar, acelerar e amadurecer o nascente Ecossistema de Investimentos e Negócios de Impactos no Brasil, e para tal, acreditavam que era necessário obter apoio do governo a fim de estimular essa iniciativa, então durante o ano de 2014 houve a primeira tentativa de interação com o governo, porém, sem êxito. Em 2016 a Força Tarefa retornou o contato com o governo por meio do secretário de inovação do Ministério da Indústria, Comércio e Inovação - (MDIC), que identificou a proposta da Força Tarefa compatível com a atuação do MDIC, ainda em 2016 a FTFS e o MDIC criaram um acordo de cooperação na qual haviam às 15 recomendações criadas pela FTFS para fomentar os Negócios de Impacto Social (NIS) no Brasil.

Os negócios de impacto são uma ferramenta nova no mundo inteiro, poucos países possuem políticas públicas para esse segmento. O Brasil é um dos primeiros a criar estruturas de fomento e estímulo aos empreendimentos classificados como negócios de impacto social. Na estruturação desta pesquisa, um dos entrevistados define os objetivos almejados pela ENIMPACTO como:

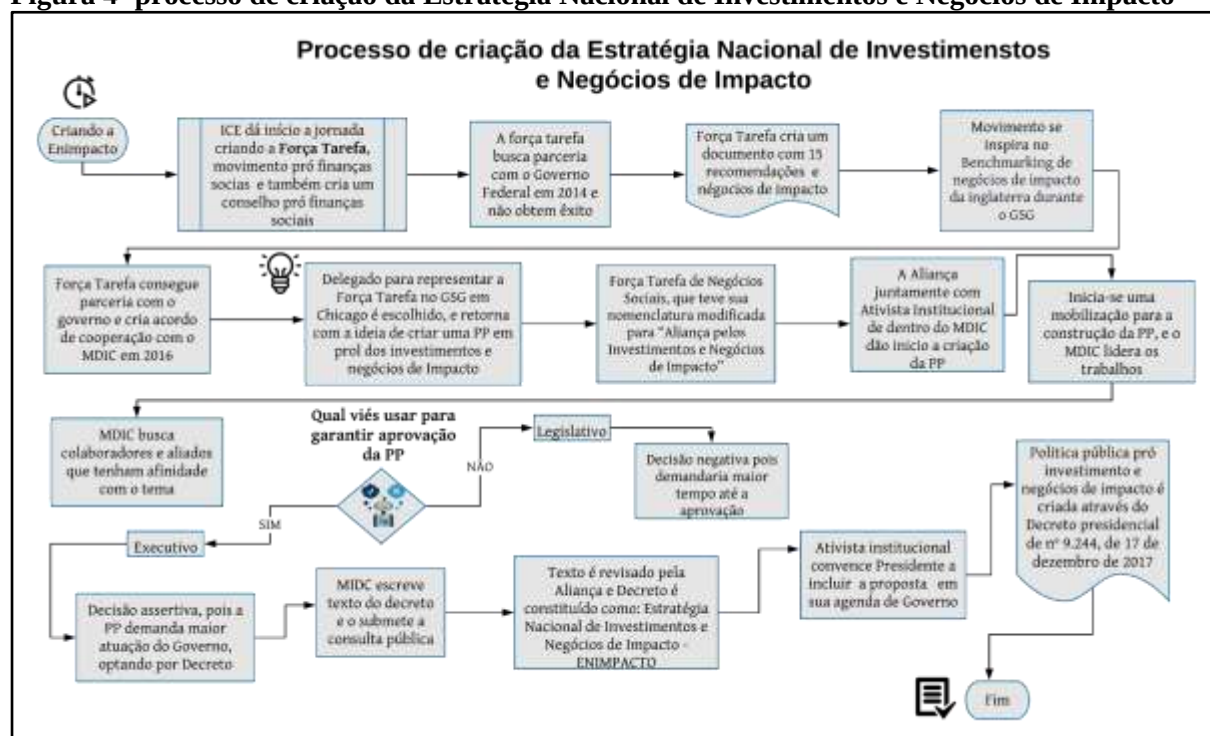
Tratava-se de desenvolver uma política para devolver o segmento no Brasil, porque era um segmento que era novo no mundo, e estava começando no Brasil, e ainda é muito frágil e é justamente nesse segmento que a gente achava que o governo teria um papel mais forte de ajudar a consolidar isso, e a partir daí quando estivesse maduro no mercado, o governo sairia aos poucos dessa estratégia quando o mercado começa-se realmente adquirir, a crescer e se tornar mais maduro neste momento, então foi basicamente esse objetivo nosso. (ENTREVISTADO 5).

A FTFS teve sua nomenclatura modificada para “Aliança pelo Investimento e Negócios de Impacto”, o movimento foi liderado pelo ICE, que constitui um conselho amplo formado por instituições de segmentos público, privado e também da sociedade civil. O secretário de inovação do MDIC também fazia parte do conselho, e durante o processo de consolidação da estratégia, foi considerado peça chave para a formulação da Política Pública desde o início.

A Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto foi instituída por meio de um decreto presidencial em 17 de dezembro de 2017 como legislação para os Negócios, Investimentos de Impacto e Organizações Intermediárias (Decreto nº 9.244, de 17 de dezembro de 2017).

Dessa forma, a política pública foi então confirmada, conforme demonstrado no esquema abaixo (**figura 4**). Aqui disponibilizamos um fluxograma de processos revelando como ocorreu todo o processo, desde a formação do movimento pró-financeiras sociais até a aprovação do decreto presidencial:

Figura 4- processo de criação da Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto



Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas semi-estruturadas (2021).

Após a aprovação da Estratégia, observou-se que a estrutura organizacional de trabalho por meio de um conselho, não foi descontinuada. A ENIMPACTO continuou com seu conselho, sendo instituído como Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto, o qual possui a finalidade de monitorar, avaliar e articular a implementação da ENIMPACTO. O Comitê é

formado pelos seguintes órgãos e entidades: Ministério da Indústria (MI); Comércio Exterior e Serviços (MDIC); Casa Civil da Presidência da República (PR); Ministério das Relações Exteriores; (MRE); Ministério da Fazenda (MF); Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG); Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC); Escola Nacional de Administração Pública (ENAP); Comissão de Valores Mobiliários (CVM); Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Banco do Brasil (BB); Caixa Econômica Federal (CAIXA); Agência Brasileira de Promoção das Exportações e Investimentos (Apex-Brasil); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE); Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec); Associação Brasileira de Venture Capital e Private Equity (ABVCAP); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Instituto Anjos do Brasil; Confederação Nacional da Indústria (CNI); Força Tarefa de Finanças Sociais (FTFS); Sistema B; e Pipe Social.

Posteriormente a consolidação da Estratégia, o conselho elaborou eixos para facilitar o desenvolvimento da política pública, sendo eles:

- Promoção de um ambiente favorável ao desenvolvimento de investimentos e negócios de impacto, que está estruturada em ampliação da oferta de capital para os negócios de impacto;
- Aumento da quantidade de negócios de impacto; Fortalecimento das organizações intermediárias;
- Promoção de um ambiente institucional e normativo favorável aos investimentos e aos negócios de impacto;
- Fortalecimento da geração de dados que proporcionem mais visibilidade aos investimentos e aos negócios de impacto.

Sem esquecer a promoção dos serviços públicos viabilizando a inovação, pesquisa e novas tecnologias, dessa forma os negócios de impacto criam dois vieses: ao mesmo tempo em que articulam esforços no combate aos problemas que assolam a sociedade Brasileira, também salientam o aumento na capacidade de desenvolvimento econômico da nação (BRASIL, 2019).

Buscando a máxima eficiência e eficácia no cumprimento das propostas dos referidos eixos, o comitê em sua primeira reunião realizada em 7 de fevereiro de 2018 formou grupos de

trabalhos com as instituições envolvidas de acordo com cada um dos eixos definidos, como exemplificado no **quadro 2**, abaixo:

Quadro 2- Composição do Eixos de Trabalho da Enimpecto

Distribuição de Trabalhos por Eixos		
Eixo	Ação	Composição
1	Ampliação da Oferta de Capital	MF; CVM; MPOG; BNDES; Apex-Brasil; Caixa; Sebrae; FINEP; PNUD; Anjos do Brasil; ABVCAP; Anprotec.
2	Ampliação do Número de Negócios de Impacto	MDIC; ENAP; BNDES; Caixa; MDS; MCTIC; CNPq; Finep; SebraE; PNUD; Anprotec; ABVCAP.
3	Fortalecimento de Organizações Intermediárias	Anprotec; MDIC; ENAP; Sebrae; Gife; MCTIC; CNPq; FINEP; Apex-Brasil; ABVCAP.
4	Promoção de um Ambiente Favorável aos Investimentos e Negócios de Impacto	MDIC; MPOG; MF; CVM; Casa Civil (PR); RFB; ENAP; Sebrae; PNUD; ABVCAP.

Fonte: Elaboração própria com base em atas do comitê (2021)

Durante as reuniões do comitê (realizadas a cada 3 meses), cada equipe possuía a responsabilidade de relatar seus feitos em prol do desenvolvimento de cada eixo. Dessa forma, o comitê seguia atuando e promovendo a implantação da política pública de forma mais eficaz.

A ENIMPACTO teve seu Decreto originário revogado no processo de mudança de governo presidencial no ano de 2019, contudo, o mesmo foi alterado pelo Decreto nº 9.977, de 19 de agosto de 2019, que sucedeu adaptações de nomenclaturas de órgãos federais da administração pública direta, entre outras alterações. Outrossim, por meio do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019 o Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto foi extinto. Este fato foi elucidado pelo Ministério da Economia (ME), que com a Exposição de seus Motivos (EM) nº 00155/2019-ME, a extinção do comitê foi executada pela primordialidade dos elementos que justificassem a necessidade da recriação e continuidade desse Comitê, dessa forma possibilitou uma chance de adequação à nova organização básica da Presidência da República e dos Ministérios (BRASIL, 2019).

Para recriar o comitê, considerando as justificativas elucidadas acima para a sua exclusão, o Ministério da Economia por meio da exposição de motivos, apresenta novas justificativas que legitimam a recriação do comitê:

9. As ações do Comitê e a necessidade de recriação do mesmo nos moldes propostos podem ser melhor compreendidas por de meio de quatro fatos igualmente relevantes:

- a) O Brasil foi escolhido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico OCDE, juntamente com o Reino Unido, 33 para servir como modelo para outros países que desejam fomentar o campo de investimentos e negócios de impacto.
- b) A Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto Enimpecto recebeu destaque no artigo “Nos bastidores da política de investimento de impacto” (“Behind the scenes of impact investment policy making”, um documento de dupla autoria, assinado conjuntamente pelo Fórum Econômico Mundial e pelo Governo Britânico.
- c) A proposição, pelo Legislativo do Estado do Rio Grande do Norte, de um Projeto de Lei que institui a Política Estadual de Investimentos e Negócios de Impacto, uma evidência clara do poder de mobilização e de inspiração que a Enimpecto revelou em 2018. Atualmente, os Estados do Rio de Janeiro e do Ceará estão trabalhando em iniciativas da mesma natureza e buscaram a Enimpecto para entender como podem dar capilaridade às iniciativas promovidas em âmbito federal e fomentar os negócios e investimentos de impacto localmente.
- d) Recente Declaração de Líderes do G20 (grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia) que afirmou “que farão esforços para criar condições favoráveis à mobilização de recursos públicos, privados e multilaterais, incluindo mecanismos financeiros inovadores e parcerias, como o Investimento de Impacto para um crescimento inclusivo e sustentável[...]” (parágrafo 7).

10. Com duração prevista até 20 de dezembro de 2027, o Comitê tem as atribuições de propor, monitorar, avaliar e articular a implementação da Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto.

11. O Comitê é composto por 26 membros, sendo 16 representantes do Poder Público e 10 advindo do setor privado e de organizações da sociedade civil. Isto é, o colegiado articula órgãos e entidades da administração pública federal, do setor privado e da sociedade civil. É presidido pelo representante do extinto Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (sucedido pelo Ministério da Economia).

12. A publicação do Decreto recriando o Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto confere mandato institucional à órgãos de governo, publicidade às ações de promoção da Agenda de Investimentos e dos Negócios de Impacto no Brasil, adapta-se às orientações contidas no Decreto nº 9.759/19 e adequa-se à reestruturação administrativa de vosso Governo.

13. A recriação do Comitê trará para a agenda de governo um tema relevante para o desenvolvimento econômico, com apelo social e capacidade de inovar na aplicação de recursos do setor financeiro, seguindo tendência de países como Estados Unidos que, em mais de 33 estados, criou legislação sobre empresas denominadas benefit corporations.

14. A iniciativa é relevante em um contexto de forte ajuste fiscal, pois permite que o estado brasileiro possa, por meio dessa estratégia, articular, fomentar e regular os negócios e investimentos de impacto social ou ambiental com sustentabilidade financeira. A medida confere mandato a 14 órgãos públicos para elaborar uma proposta de Política capaz de promover os investimentos e os negócios de impacto no Brasil, por meio do fortalecimento e da ampliação de um ecossistema favorável ao tema (BRASIL, 2019, p. 2-3).

Além dessa exposição de motivos, houve também um parecer de mérito elaborado pelo Ministério da Economia com base nas atas do comitê durante os anos de 2018 e 2019 que foram de fundamental importância para auxiliar na decisão do Governo Federal de implementar alterações para recriar o Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto. Pretendendo adaptar o texto normativo às mudanças estruturais implementadas pela Medida Provisória (MP) 870/2019, que criou, extinguiu e fundiu ministérios, bem como os Decretos nº 9.759/2019 (especialmente artigos 4º e 6º) e nº 9.191/2017, além de absorver demais diretrizes com a

finalidade de ajustar a norma à nova conjuntura, o que abrange sua constituição, condizente com o exposto no Parecer de Mérito nº 1/2019/CGIN/SIN/SDIC/SEPEC-ME (BRASIL, 2019).

Cabe destacar também, que a ENIMPACTO vem sendo, paulatinamente, desdobrada em diferentes estados do Brasil, com a aprovação de legislações estaduais e municipais, como é perceptível de acordo com o mapa ilustrado abaixo. Ainda se caracteriza como um baixo crescimento, dado a vasta extensão territorial do país, mas já são avanços estimados para um país que é considerado pioneiro no desenvolvimento deste tipo de política pública.

Abaixo a **figura 5** evidencia os estados que tiveram as Estratégias de Investimentos e Negócio de Impactos Instituídas:

Figura 5- Estados com Estratégias de Investimentos e Negócio de Impactos Instituídas



Fonte: Ministério da Economia / ENIMPACTO (BRASIL, 2021)

Sete dos vinte e seis estados do Brasil desenvolveram Projeto de Lei, como demonstra o **quadro 3**, abaixo:

Quadro 3- Leis criadas por estados Brasileiros

Política Estadual de Investimentos e Negócios de Impacto Social		
Estado	Lei / projeto de Lei	Status
Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte - Lei Estadual nº 10.483 de 04 de fevereiro de 2019	Aprovada

Rio de Janeiro	Rio de Janeiro - Lei Estadual nº 8.571 de 16 de outubro de 2019	Aprovada
Minas Gerais	Minas Gerais - Lei Estadual nº 23.672 de 03 de julho de 2020	Aprovada
Distrito Federal	Distrito Federal - Lei Distrital nº 6.832 de 26 de abril de 2021	Aprovada
Pernambuco	Pernambuco - Lei Estadual nº 17.271 de 21 de maio de 2021	Aprovada
Alagoas	Alagoas - Lei Estadual nº 8.471 de 26 de julho de 2021	Aprovada
Ceará	Ceará - Projeto de Indicação nº 19 de 03 de dezembro de 2020	Aguarda sanção do Governador
Paraíba	Paraíba - Projeto de Lei nº 1.409 de 12 de dezembro de 2019	Aguarda sanção do Governador

Fonte: Elaboração própria de acordo com dados obtidos do Ministério da Economia / Enimpecto (2021).

A ENIMPACTO é uma política com uma visão de mudança social, que proporciona aos empreendedores sociais rentabilidade e fomento ao desenvolvimento econômico e social, além dos benefícios vinculados às políticas de proteção ao meio ambiente de suas comunidades, tudo isso construído através de um trabalho único fomentado pela política pública, mas que proporciona rentabilidade financeira e bem estar ao envolvidos.

A ENIMPACTO, vem desenvolvendo parceria para expandir e propagar os negócios de impacto social (NIS), recentemente no de 2020 conseguiu apoio com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e com agentes públicos e privados de diversos estados, para promover uma série de oficinas “Rumo ao Simpecto”. O programa inclui um conjunto de diálogos estruturados, visando construir conjuntamente as bases para uma articulação nacional em prol dos investimentos e negócios de impacto, o SIMPACTO (Sistema Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto).

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DO CASO

Neste tópico, a autora disponibiliza o **quadro 4** para facilitar a análise e a compreensão de forma geral. O quadro foi construído a partir das entrevistas semi-estruturadas classificadas e exemplificadas abaixo em forma de resumo, contendo as ideias centrais de cada um dos entrevistados sobre a criação da ENIMPACTO. Dessa forma, conseguimos sintetizar todo o conteúdo empírico de forma mais sucinta.

Quadro 4- Resumo das Entrevistas

A perspectiva dos atores da ENIMPACTO	
Representação política e social no Consórcio ENIMPACTO	ICE mas com o Chapéu da Aliança pelos investimentos e negócios de impacto, MDIC, Ministério de Economia, SITAWI, A secretaria de Inovação do Ministério da Indústria Comércio Exterior e Serviços, PNUD, GIF, CAIXA, SEBRAE
Participação no Consórcio ENIMPACTO	O ICE e a SITAWI participam desde o início em 2014 a partir da criação da Força Tarefa de Finanças Sociais, e em 2016 o MDIC começou a fazer parte através do acordo de cooperação entre a Força Tarefa e o MDIC, ainda em 2016 o MDIC convidou a fazer parte da Estratégia o PNUD, SEBRAE, GIF e CAIXA.
O objetivo do Consórcio ENIMPACTO	Colocar no mesmo documento um conjunto de temas e agendas que deveriam ser discutidos pelos governos nos próximos dez anos em relação aos investimentos e negócios de impactos, promover um ambiente favorável ao desenvolvimento de investimentos e negócios de impacto. Fazer essa articulação e engajamento de outros setores da sociedade no tema, como governo, instituições financeiras, famílias de alta renda, organizações de terceiro setor, grandes empresas, e o que a gente tenta fazer são essas articulações e trazer para o campo outros atores. Além da ampliação da oferta de capital para os negócios de impacto; Aumento da quantidade de negócios de impacto; Fortalecimento das organizações intermediárias; Promoção de um ambiente institucional e normativo favorável aos investimentos e aos negócios de impacto; e fortalecimento da geração de dados que proporcionem mais visibilidade aos investimentos e aos negócios de impacto. E a partir de quando isso daí estivesse maduro no mercado, o governo sairia aos poucos dessa estratégia, quando o mercado começa-se realmente a crescer e se tornar mais maduro.
Protagonismo dos atores do Consórcio ENIMPACTO. Entrada de novos atores	Primeiro, todas as organizações representadas possuem alguma ação a ser desenvolvida na Enimpacto. O ecossistema de investimento de negócios de impacto possui muitos atores em comum com o ecossistema de inovações, por ser um tema novo e toda parte de estruturação de apoio a arquitetura institucional dos negócios de impacto eles se assemelha muito ao apoio de inovação e ao empreendedorismo inovador e apoio a startup também, então várias organizações trabalham com esse tema de inovação e apoio

	ao empreendedorismo inovador possui atuação com o investimento e negócios de impacto. (Entrevistado 3) Deveria existir a participação da academia, mais associações da sociedade civil da base, e outra, a gente não tem a participação de menor renda, então acho que esses atores estão faltando nessa composição, e também mais empreendedores, porque você tem ali de empreendedores só a PIPE né? Tem uma endogenia muito grande na rede, você não vê participar número grande de empreendedores de menor renda, você não vê a academia participar. (Entrevistado 6)
O Consórcio ENIMPACTO e a relação com os negócios sociais e de impacto, ao longo do processo de escrita do decreto.	Existiu uma mobilização para que os empreendedores fossem escutados ao longo do processo de construção da Enimpecto, teve tanto uma escuta indireta via organizações representativas, convites a incubadoras aceleradoras que estão diretamente ligadas com empreendedores, convites a professores que mentoram e apoiam empreendedores, convites a bancos e fundos de investimento que estão em contato com empreendedores, quanto alguns empreendedores que foram convidados diretamente para estar na sala discutindo e opinando sobre as recomendações e ações que seriam priorizadas para o texto da Enimpecto. (Entrevistado 1) Muito da análise desses dados veio do mapeamento da PIPE, foi baseado no número de dados e não em diálogo, não foi uma construção construída em diálogo com a base, até por uma questão de tempo mesmo, mas houve consulta pública no site do Ministério, né? Houve muitos inputs separados pelo Ministério, mas a gente não chegou a ver todos, eu acho que o Lucas foi quem sistematizou, essa consulta foi alimentada, teve realmente a participação da população. (Entrevistado 6)
Os órgãos de governo envolvidos na ENIMPACTO.	Ministério da Indústria e Comércio, Ministério do Planejamento, Ministério das Relações Exteriores, Ministério das Ciências de Tecnologia, Casa Civil, Ministério Desenvolvimento Social. Além dos Ministérios tiveram as agências CAIXA, o Banco do Brasil, o BNDES, FINEP, SEBRAE, e APEX, o BID e o PNUD, Sistema B, também que se envolveram bastante nesses projetos, trazendo expertise de fora principalmente.
Os parlamentares e partidos na ENIMPACTO.	A gente não envolveu em nenhum momento o legislativo, nós não precisamos, porque como a gente tomou a decisão de fazer decreto e era uma competência do executivo, a gente acabou não chamando, no entanto, para as reuniões da ENIMPACTO depois da aprovação do decreto, aí a gente chamou, porque depois tinha muita questão regulatória de legislação que a gente gostaria de envolvimento deles.
Eventos (seminários, reuniões, encontros) para criação da ENIMPACTO.	O primeiro foi a assinatura de um acordo de cooperação entre o MDIC e a ALIANÇA, isso foi em junho de 2016. O segundo foi uma série de pequenas reuniões de trabalho, mas um emblemático foi a reunião de escuta do ecossistema paulista, com doze organizações que deram sugestões e levantaram lacunas de temas e agendas que deveriam estar na ENIMPACTO e a reunião em Brasília com diversos atores que colocaram a mão na massa e

	escreveram parte do texto. Houveram algumas vezes workshops, a gente fazia os workshops com o pessoal do campo do ecossistema, esse workshop era para quando a gente queria discutir um determinado tema e a gente queria várias instituições, o especialista do mesmo tema para discutir. Houve também o fórum de finanças sociais e negócios de impacto lá em São Paulo, porque ele conseguiu reunir praticamente todos os atores que estavam tratando do tema.
A ENIMPACTO e o Poder Executivo.	A gente optou pelo executivo por ser um processo mais rápido e mais fácil, se fosse tramitado pelo legislativo seria um projeto de lei, iria demorar em média quatro anos para tramitação e aprovação do projeto, então seria mais rápido e mais eficiente fazer pelo âmbito do executivo mesmo.
Quem pode participar da ENIMPACTO?	Antes do processo, foram as pessoas dentro dessas organizações que já tinham alguma trajetória junto ao tema, especificamente o BNDES e SEBRAE, pelos que estavam chegando pela primeira vez, foram aquelas áreas dentro desses monstros aí, que é a Caixa Econômica, Ministério do Planejamento, as áreas onde o pessoal do MDIC fez o contato e articulação e o os funcionários desses órgãos gostaram do tema, então especificamente, era, se não me engano, no Ministério do Planejamento, era exatamente uma área de inovação que se aproximou do tema.
As ações chave e a agenda do governo.	As recomendações da aliança que serviram de base para essa primeira versão de temas, achar uma pessoa dentro do governo que tem identificação com tema foi relevante, e o ativista é o Champion, secretário dentro de um Ministério que tem a agenda que conversa bastante com o assunto, no mundo de vertioncamptom, no mundo de investimento e startup, no mundo de investimento anjo, de aceleradoras e incubadoras, e foi aí que acendeu a luz para ele, por ter coisas que conversam com a agenda. A existência de um movimento local importante. No caso do Brasil era a Força-tarefa.
A tramitação do decreto da ENIMPACTO.	Sim, houveram conflitos, com a própria Força-Tarefa na hora de definir o escopo do alvo da nossa política, eles defendiam muito que fosse incluindo ONGs que tivessem fontes de receitas e essa foi uma discussão muito grande que a gente teve com eles sobre essas temáticas, e tiveram alguns casos de instituições que quiseram liderar ao invés da gente o processo, que foi o MCTIC, e para a gente foi muito tranquilo, mas a gente questionou, qual a área de competência que vocês têm nesse assunto? O que vocês vão fazer? E eles não tinham competência. Foi mais o ativismo e o senso de oportunidade do ativista e equipe, em falar que se precisava ter um canal institucional sendo uma política de Estado, então entendo que 90% é isso, 8,5% da ajuda da Aliança, e 1,5% o último fator. É um tema infelizmente ainda pequeno, que de fato não teve nenhuma grande recompensa política. Então, quase que de totalidade foi pela motivação da equipe do ativista em querer criar um canal institucional para as políticas de governo. (Entrevistado 4)

Políticas voltadas para investimentos e negócios de impacto social.	Existe uma estratégia subnacional anterior a essa, o que foi a estratégia do Governo de São Paulo, agora essas iniciativas Subnacionais não tiveram esse status, Governo de São Paulo veio e fez isso, o Governo do Rio Grande do Norte criou uma legislação própria para isso com o apoio do SEBRAE, então você tem aí que os Governos começam a andar mais rápido, vê aí com um olhar muito de resolver problemas do Governo de como o setor privado pode ajudar nesse sentido.
A contribuição do Consórcio ENIMPACTO para aprovação do Decreto.	Foi decisiva, eles que nos municiaram com informações, estudos, relatórios, eles mobilizaram todo ecossistema para conversar com a gente quando a gente precisou conhecer o quê que era, eles que nos colocaram nos fóruns internacionais, eles que acompanhavam a gente no início, nas reuniões de governo, porque muitas vezes a gente não tinha o conhecimento que eles têm e não conseguia responder perguntas que eles faziam para gente, eles praticamente nos treinaram e incubaram a gente para fazer isso.
Interação Estado-sociedade na criação da ENIMPACTO.	E foi um trabalho muito legal, porque tudo que a gente fazia era um trabalho a 4 mãos com eles, que é uma maneira que não é inédita a maneira que a gente fazia na secretaria, toda política que a gente desenhava antes, a gente desenhava com os usuários, então antes de sair o Decreto, Lei, Programa a gente os chamava para a mesa e perguntava: Faz sentido? Você acha que essa linguagem está certa? Você acha que isso daqui funcionaria? A gente sempre validava os usuários, justamente por ter esse cuidado de saber se o que a gente estava pensando em Brasília no gabinete fazia sentido. (Entrevistado 3) A minha avaliação, ela sempre foi essa de que esse campo precisa ser mais amplo, ele precisa atender empreendedores, a gente não pode assumir única e exclusivamente que você vai mudar a questão da pobreza e desigualdade no Brasil assumindo que a população de menor renda pode ser posicionada a única e exclusivamente como cliente o consumidor de produtos. (Entrevistado 6)
Aliados da ENIMPACTO.	No Governo, eram o BNDES, APEX, SEBRAE e CAIXA, na sociedade civil eram a força-tarefa, o ICE nas 3 pessoas, e os principais atores mobilizados no ecossistema era a artemisia, kintensa, a Vox e SITAWI e eles também mobilizaram o GSG internacionalmente para também a gente ter essa conversa e o BID também.

Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas semi-estruturadas (2021).

A partir da estruturação das entrevistas semiestruturadas, houve uma compilação de dados que originou a análise de dados deste trabalho, fazendo correlação com a revisão teórica anteriormente apresentada.

De acordo com os dados bibliográficos aqui já citados, entende-se que os movimentos sociais (MS) criam interação com a conjuntura política na qual atuam (GIUGNI, 2008; GIUGNI; YAMASAKI, 2009). Dessa forma, conseguem elucidar os fazedores de políticas a

enxergarem o tema no qual se engajam e buscam respostas para seus determinados problemas ou oportunidades. Também vale ressaltar o poder que os movimentos podem exercer na introdução do problema na agenda de Governo.

Durante o processo de formulação da estratégia em sua fase inicial quando o problema ainda estava no estágio de ganhar a atenção da agenda, percebe-se que, o tema central passou pelo modelo de múltiplos fluxos criado por Kingdon (2003) e exemplificado na revisão teórica citada no segundo capítulo desta pesquisa. Observamos que a pertinência do tema proposto como problema para ganhar o interesse da agenda governamental teve a prioridade pela relevância e inovação proposta de uma forma cuidadosa buscando atrair as atenções para que o referido problema fosse notado e inserido na agenda dos fazedores de políticas, apresentado não só por processos midiáticos, mas também por estratégias que propunham soluções em diversos setores. Dessa forma ganhou força política e recebeu acesso a agenda, sendo posteriormente transformada em política pública.

Com base no conhecimento empírico obtido através das entrevistas realizadas para a construção deste trabalho, observa-se que o ICE é ponto de partida para o crescimento do Ecossistema de investimento e Negócios de Impacto no Brasil, inspirado pela trajetória de outros países, elegeu temas críticos para o campo e convidou especialistas de vários setores para compor a Força Tarefa de Finanças Sociais.

Segundo o entrevistado 4, a FTFS sempre esteve seguindo um pouco do que tinha sido feito fora do Brasil, em particular sempre se espelharam na Inglaterra, porque o Governo da Inglaterra se envolveu diretamente como um grande orquestrador do ecossistema inglês, o que fez uma diferença enorme nesses 20 anos de jornada na Inglaterra, e sempre quando havia encontros, a pergunta que sempre pairava era o que poderia ser feito no Brasil. Uma das respostas sempre foi que tem que envolver o governo, porque ele é um ator muito importante nesse tema, com diversas oportunidades para o ecossistema. Em vista disso, o movimento chegou à conclusão que seria importante a participação do Governo Federal neste movimento.

O movimento Força Tarefa de Finanças Sociais é originário do Reino Unido, que tem como marco ser o primeiro país a constituir o movimento nos anos 2000, em seguida o Canadá copiou a sua iniciativa criando a sua Força Tarefa em 2010. Em 2013, foi constituída uma Força Tarefa de Finanças Sociais formada pelos países do G7 e pela Austrália, a Social Impact Investing Task Force. Em setembro de 2015, esse movimento foi sucedido por uma nova organização, o Global Social Impact Investment Steering Group (GSG) que aprovou a entrada do Brasil e outros países como membros. Essa organização tem como mandato ser uma

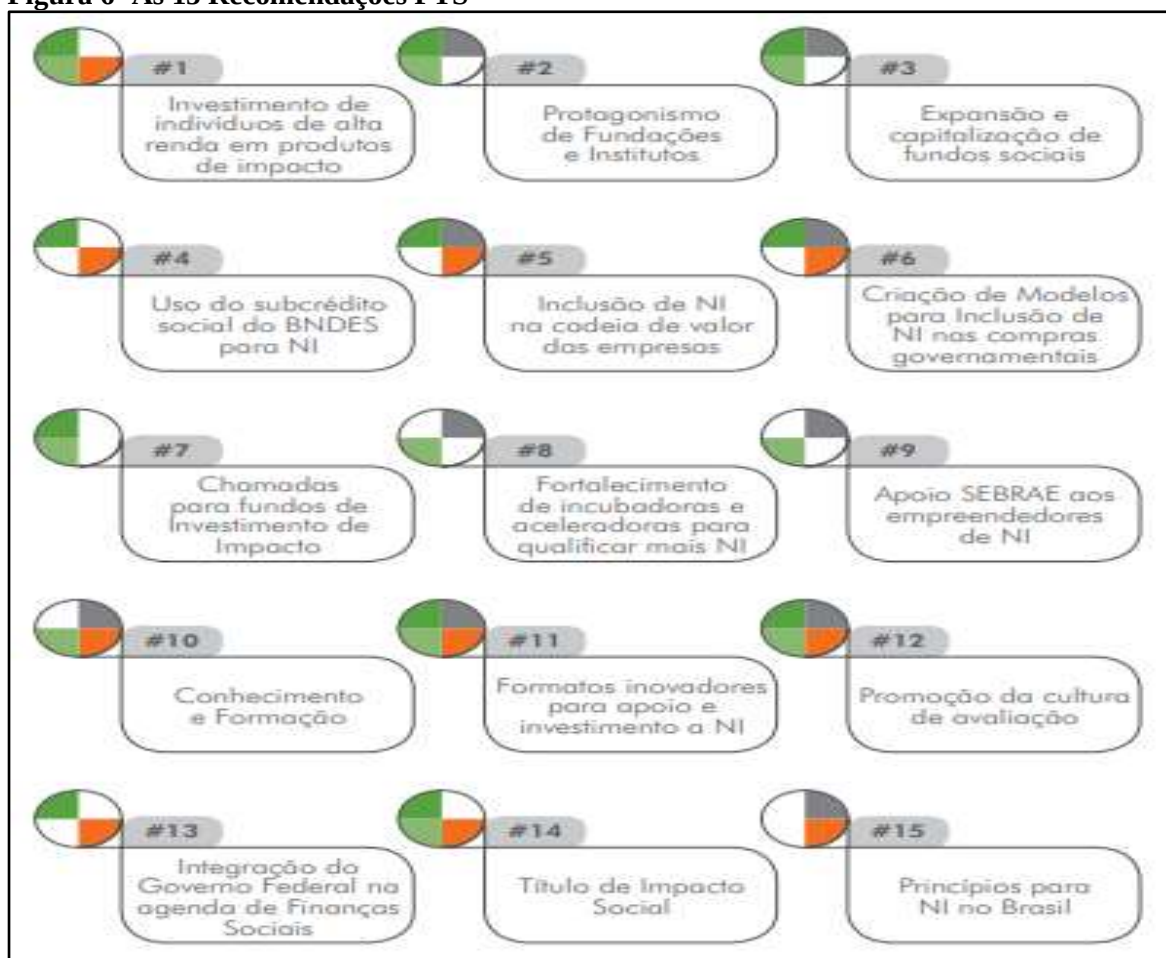
referência global para conceitos e melhores práticas e contribuir para o trabalho dos países membros no fortalecimento do campo.

Segundo os entrevistados, o ICE liderou a construção e formalização do movimento, reunindo organizações da sociedade civil que possuíam interesses em criar fomento para o Ecossistema de investimento e Negócios de Impacto. Tornando-se então um movimento pró-financeiras sociais composto por organizações da sociedade civil de derivados e setores. Ao longo de sua caminhada, o movimento construiu e divulgou 19 relatórios referentes à temática no Brasil. Em junho de 2014, a FTFS elaborou um documento que possui 15 recomendações na temática do NIS que foram divulgadas em novembro de 2015. Além dessas ações, também propunham o incentivo e a articulação com novas instituições de diferentes segmentos da sociedade que ainda não conheciam o tema, como instituições financeiras, famílias de alta renda, organizações de terceiro setor e grandes empresas.

A elaboração das recomendações teve início a partir de uma série de documentos produzidos entre 2012 e 2015, sistematizados e debatidos pela FTFS com profissionais e organizações participantes na área das Finanças Sociais e Negócios de Impacto. Nesta produção também foram analisadas 85 recomendações elaboradas pelos países do G7. Destas, foram discutidas as que tinham relevância no ecossistema brasileiro. Para esse feito também foram consultadas 500 pessoas, para que houvesse a garantia da diversidade de visões, interesses e temas a serem abordados pelas recomendações. (FTFS, 2015)

As recomendações estão descritas abaixo, na **figura 6**:

Figura 6- As 15 Recomendações FTS



Fonte: FTFS (2015).

Em agosto de 2016, a Força Tarefa de Finanças Sociais teve seu contato com o Governo, criando um acordo de cooperação com o MDIC. Esse acordo foi criado a partir das 15 recomendações da FTFS, que posteriormente teve sua nomenclatura modificada para “Alianças pelos investimentos e negócios de impacto”.

Os entrevistados 1 e 4, explicam que a Aliança não é um programa de organizações, e sim um movimento que tem uma estrutura de governança, composta por um conselho, no qual foi constituído inicialmente por oito membros de diferentes setores da sociedade, e a sua diretoria executiva é exercida pelo ICE, conta com parceiros estratégicos que são: o Banco Itaú e mais duas instituições financeiras, que foram denominados como parcerias estratégicas porque além de financiarem as atividades da Aliança, também dispõem de alguns programas junto com a Aliança, são parcerias episódicas em alguns programas. A Aliança é custeada por um quinto parceiro e financiador, a empresa Lio Lara que faz toda parte de comunicação e divulgação da Aliança, então foram cinco financiadores, mas além de serem financiadores eles têm episodicamente alguma atividade conjunta com a própria Aliança.

Durante anos, a Aliança buscou formas de promover suas estratégias de fomento e investimentos às finanças sociais, como evidenciado abaixo pelo **quadro 5**:

Quadro 5- Trajetória da Aliança até a ponte com o Governo

Trajetória da Aliança até a ponte com o Governo	
Ano de 2014	Formação do movimento Força Tarefa de Finanças Sociais. divulgação dos relatórios referentes a temática no Brasil
Ano de 2015	Criação do GSG, evento de nível global anual pró negócios de impacto social , divulgação das 15 recomendações da FTFS
Ano de 2016	Formulação do acordo de cooperação entre a FTFS e o MDIC, Secretário de Inovação do MDIC entra na composição do conselho da FTFS
Ano de 2017	GSG 2017, Formulação de uma política Nacional Pró Negócios Sociais, Assinatura do Decreto Presidencial que cria a Estratégia Nacional de Investimento e Negócio de Impacto Social - Enimpecto

Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas semi-estruturadas (2021).

Além disso, em 2018 a Aliança lançou o movimento chamado “vem somar”, que tem por objetivo buscar outros movimentos que também trabalham em prol deste tema, buscando fortalecer e construir esse ecossistema. O “vem somar” pretende ser um movimento abrangente, composto por diversas organizações, onde cada uma pode disponibilizar sua contribuição para o fortalecimento do ecossistema. Então, se você é uma incubadora, você está trabalhando para fortalecer os negócios de impacto, englobando Incubadoras, empreendedores socioambientais, bancos e todas as organizações que desejem participar desta temática.

De volta ao contexto da participação do Governo, a fim de fortalecer o movimento, houve um primeiro contato com o Ministério de Inovação, Indústria e Comércio, que por sua vez abraçou a causa e decidiu fazer parte do movimento. O MDIC analisou as 15 recomendações elaboradas pela FTFS e encontrou pontos semelhantes à agenda de forte capital de risco e uma agenda forte para Startups, de inovação, e inovação ALI. O MDIC tratava de inovação tecnológica, inovação em modelos de negócios e inovação de processo, desse modo enxergou-se a oportunidade de buscar conhecimento e aprendizado através da FTFS, pois havia interesse direto do ministério em trabalhar com o tema proposto.

O entrevistado 4 explica o porquê havia a necessidade de alguém do Governo, e como foi importante essa indicação por meio de eventos que interligam outros países que também estavam consolidando uma política pública pró negócios de impacto social:

Eu acho que sem dúvida foi aquela história, que pode parecer uma coisa muito fortuita, mas achar uma pessoa dentro do governo que tem identificação com tema foi relevante. Inclusive tem um episódio engraçado, a criação do GSG ele aconteceu em

agosto de 2015, o GSG ele é um movimento que surgiu como sucessor das chamadas força-tarefa dos países de finanças sociais do G7, dos países do G7, então foi criado em julho de 2013. Eram os sete países do G7 mais a Comissão Europeia e Austrália como observadora, e essa força tarefa tinha um prazo para terminar o seu trabalho era julho de 2015, e quando terminou já estava engendrado no fim dessa tarefa, uma operação de um movimento Global. Não fazia sentido se falar investimento em questões sociais e ambientais só conversando com os sete países mais ricos, então a ideia era se tornar um movimento global, e a época foi feito um processo de quase que de seleção de países que pudessem compor essa nova organização que ia chamar GSG, e alguns países pleitearam entrar nesse movimento, entre eles o Brasil e a gente foi um dos 5 países que foi escolhido a época para fazer parte desse movimento, então ele nasceu com 7 países do G7 e Austrália, totalizando oito, a comissão europeia como guarda-chuva e cinco novos países foram escolhidos (aceitos) como parte dessa organização, o Brasil, Israel, o México, a Índia e Portugal. Porque eles enxergavam nesses países a existência de um movimento local importante. No caso do Brasil era uma força-tarefa, nos outros países eram movimentos parecidos, e na época desse seminário, cada país fez o seu ² **pitch**, e eu fiz o **pitch** pelo Brasil, e depois de serem aceitos, surgiu um questionamento: O que faz, como é que a gente pode ajudar? abriu essa lacuna, e eu lembro que eu levantei a mão e falei, no Brasil tem um movimento completamente **bottom up**, a gente tem 0 de contato com o governo. E quem estava comandando a sessão era o Ronald Cohen, o Sr. Ronald Cohen, foi quem começou essa história 20 anos atrás, ele é o **chegrmán** da força-tarefa do G7, é o **chegrmán** do GSG. Então eu fiz a pergunta para ele, “olha é governo, como é que eu posso ajudar?”, e ele respondeu você tem que achar um Champions dentro do governo, que não é um membro do governo passageiro, mas um funcionário de carreira que tenha um posição de razoável de comando, para poder fazer as articulações políticas, e que tenha uma atuação que veja valor ao nosso tema, sendo essa ideia do Champion uma ideia mais consolidada nos estudos de políticas públicas. E o secretário de inovação do MIDC é o champion, que tem a agenda que conversa bastante com o assunto, no mundo de **vertioncampom**, no mundo de investimento e startup, no mundo de investimento anjo, de aceleradoras e incubadoras, e foi aí que ascendeu a luz para ele, por ter coisas que conversam com a agenda. (ENTREVISTADO 4).

Firmada a parceria com o governo, a primeira ação conjunta foi a criação de um acordo de cooperação. O secretário começou a compor o conselho da Aliança no final de 2016 e foi convidado a representar a Aliança no encontro Anual do GSG, o evento aconteceu em julho de 2017 na cidade de Chicago.

De acordo com os entrevistados 4 e 5, foi durante o GSG de 2017 que o Secretário identifica a necessidade de uma articulação política maior que apenas o apoio dos servidores públicos de carreira que apoiam a causa, visto que desse modo as formas de expansão da Aliança seriam limitadas, o que impossibilitaria a concretização dos objetivos do movimento. O secretário pensou que o caminho mais seguro a traçar seria se o movimento conseguisse fazer uma política de Estado para esse setor, dessa forma alcançariam uma institucionalização maior das ações facilitando a implementação. Em comum acordo com os conselheiros da Aliança, o ativista começa a articulação política dentro do Governo a fim de emplacar a política nacional.

O secretário descreve a sua atuação na construção da ENIMPACTO de modo específico, enfatizando os detalhes enquanto ativista institucional e tudo que teve relacionando interesses do movimento e do governo:

Bom, o primeiro papel que eu tive foi ter que convencer internamente no Ministério foi o ministro que era meu chefe de que essa era uma pauta importante, porque já tinha outras pautas, na época era o ministro que começou a nos apoiar e quando a gente assinou esse acordo foi com o ministro do Governo Dilma, começou ainda no Governo Dilma, eu era secretário no Governo Dilma e quando mudou o Governo para o Temer, a gente tava de frente, no meio desse período de aprendizado de negociação e aí eu fui confirmado e me mantiveram no cargo e aí a gente assinou acordo no Governo Temer, assinou o acordo de cooperação. E aí com esse acordo de cooperação eu consegui tocar nos papéis, primeiro para convencer o ministro que essa era uma pauta importante para o Ministério, e eu consegui convencer os dois ministros o anterior que era do Governo Dilma, quanto o que era no Governo Temer, os dois compraram o tema. O segundo papel que eu tive que acho que foi mais importante dentro ENIMPACTO, que foi o de mobilizar e eu diria até usando a linguagem da moda “evangelizar” o Governo sobre esse tema, porque a gente não conhecia e a maior parte do Governo, quase a totalidade não conhecia esse tema, então o que a gente fez foi identificar que atores que o Governo poderia ajudar de alguma forma, e a gente começou a ir um por um mostrando com eles, muitas vezes a gente, a gente que eu falo é eu e a minha equipe do Ministério, a gente ia com a o pessoal da Força-Tarefa de Finanças Sociais do ICE, às vezes eles acompanhavam a gente, ia junto para bater de porta em porta, na verdade muitas vezes, eram várias portas dentro da mesma porta, por exemplo no BNDES e foi em quatro áreas diferentes, na CAIXA foi em três áreas diferentes, nos Ministérios a gente ia em duas, três áreas diferentes, e o que a gente percebeu no processo? Que a hora que a gente ia com esse tema para eles, a maioria falava “muito legal, mas obrigado, passar bem”. Quando a gente percebeu isso, a gente viu que era preciso adaptar o discurso e customizar ele para cada área, o que que essa estratégia pode beneficiar-se da sua área e como você pode se beneficiar dessa estratégia? E aí começou realmente ter um envolvimento das áreas, e interesse deles.

Nesta busca por parcerias dentro do Governo para conseguir firmar a política pública, apoiaram a causa o BNDES, CAIXA, SEBRAE, o Ministério do Planejamento, e a APEX que foi uma grande parceira, também foi firmada parceria com o Banco do Brasil. A interação Estado Sociedade foi imprescindível durante a busca de parcerias para a formulação da estratégia, o conhecimento técnico obtido sobre o tema pela equipe do Secretário, foi repassado através da Aliança, de forma que a Aliança sempre esteve presente trazendo para realidade dos interessados aquilo que havia sido explicado na teoria, o entrevistado 5 descreve:

Muitas vezes eles traziam instituições do ecossistema, então, por exemplo, a gente queria entender como é que funciona uma incubadora aceleradora por exemplo para negócio de impacto? Então eles organizaram reuniões com algumas aceleradoras de impacto e eles passavam para gente conhecimento como é que funcionava, passava material e a gente ia para São Paulo para participar dessas atividades ou por conferência mesmo, marcava as conferências e a gente ia tendo muito material para gente ler do mundo inteiro, a gente ia absorvendo isso, até que começamos a nos sentir mais confortáveis com tema. No começo o ICE nos acompanhava muito, mas depois que a gente começou a dominar o assunto, a presença deles com a gente diminuiu e aí nós mesmos começamos a fazer. Então essa foi por isso que a gente teve que fazer tantas reuniões, porque tivemos que convencer e apresentar um assunto do zero para cada instituição e cada órgão ali dentro (ENTREVISTADO 5).

O entrevistado 5 explica que, a política foi construída de um viés diferente dos habituais, a construção do decreto começou de modo decrescente envolvendo o maior número de atores numa construção conjunta, tanto da sociedade civil quanto dos Governos, começando com os

atores que estão na ponta, os usuários da política, para depois chegar ao Governo. Durante esse processo a dificuldade encontrada foi a pluralidade de conceitos sobre o tema, cada área aborda de uma forma diferente, e para instituir o Decreto de Lei havia a necessidade de uma definição ampla sobre o tema à quem a política deveria amparar, como não havia nenhuma política implantada com a diversidade que era necessária para o ecossistema brasileiro, então deveria ser criada. O trabalho de criação de um conceito favorável que englobasse todo o ecossistema de investimentos e negócios de impacto teve que ser feito de forma menos democrática, sendo esse trabalho feito pelo tomador de decisão de política pública. Essa decisão ficou por conta do MDIC pois eles tiveram que enquadrar o conceito dentro da sua área de atuação.

O texto do decreto foi escrito de forma democrática, no qual houve consulta a mais de cem instituições, e por fim, o texto foi colocado no portal do site do Ministério para uma consulta pública, após receber todas as contribuições, o texto foi ajustado de acordo com o que dava para ser incorporado no decreto e depois revisado e finalizado. Com o texto pronto, a próxima fase seria convencer a Casa Civil, pois ela é órgão que decide se vai fazer decreto ou não, para que depois o presidente possa assinar.

Para que o Decreto fosse aceito pela Casa Civil ele deveria ser analisado pela equipe técnica, e a equipe do Secretário do MDIC sabia disso, portanto já havia feito a ponte com a equipe técnica, que logo aprovou o texto e depois foi encaminhado para o presidente, na época era Michel Temer que também aprovou e assinou o decreto em 17 de dezembro de 2017.

A rapidez para a aprovação do Decreto existiu por conta do ativista institucional que usou de todo seu conhecimento e astúcia para que cada detalhe saísse como o planejado, a importância da liderança desse Secretário dentro do MDIC foi fundamental para aprovação do texto e do Decreto instituindo Lei, sem esquecer que a maior parte do processo de construção do texto ele sempre buscou democratizar o máximo possível para que essa fosse uma política abrangente para todos os envolvidos com o tema e com o ecossistema de investimentos e negócios de impacto.

Analisando todo esse conhecimento empírico citado acima e confluindo com o pensamento de Cartaxo (2018) sobre o processo de atuação dos ativistas institucionais nas conduções de projetos de políticas públicas com tendências maiores à aprovação por conta de um relacionamento mais próximo com a máquina pública. Pode-se concluir que o ativista institucional teve um papel insubstituível na construção da ENIMPACTO, não só por seu papel como servidor público, mas pela sua determinação em fazer um processo democrático participativo buscando uma política que fosse implementada e aceita pelos seus usuários.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa explorou os efeitos da interação Estado-sociedade na formulação da política pública, intitulada Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto constituída através do Decreto de nº 9.244, de 17 de dezembro de 2017, posteriormente alterado pelo Decreto nº 9.977, de 19 de agosto de 2019. O processo de criação do Decreto se deu de forma participativa e democrática levando em consideração as primeiras 15 recomendações criadas e apresentadas pelo movimento da Aliança, essas recomendações foram um divisor de águas para a interação Estado-Sociedade no qual ampliaram o campo de visão e de alcance do MDIC fazendo com que o Ministério viesse a se tornar um dos principais parceiros e propulsor do movimento.

Na construção deste trabalho procuramos demonstrar a importância dos movimentos organizados em prol do bem coletivo, e de como sua articulação se faz necessária para abarcar segmentos que necessitam de auxílio no combate a problemas que o Governo e entidades filantrópicas não conseguem resolver sozinhos, porém visa também mostrar que a parceria com o Governo/Estado aumenta a capacidade de barganha nas soluções de determinados problemas.

As organizações que deram origem a criação do movimento Aliança pelo investimento e negócio de impacto sabem que esse campo de atuação ainda é pouco difundido tanto no Brasil como no mundo, os avanços obtidos a partir da cooperação com o Governo tornam o Brasil um país referência na implantação de legislação e normativas que possam reger e fomentar o crescimento dos negócios de impacto. Para o Governo o movimento só trouxe benefícios, pois ao mesmo tempo que o país permite uma regulamentação para criação desse tipo de negócio, recebe benefício automático com o impacto causado pelos negócios, que propõe gerar rentabilidade financeira e combate a problemas sociais com os seus feitos ou serviços.

A pesquisa deixa uma abertura à luz de novas indagações referente a expansão da ENIMPACTO, como por exemplo: quais ferramentas deveriam ser adotadas para que houvesse PL em todos os estados brasileiros? Como esses PL poderiam alavancar a economia do país como um todo, e qual os valores de resolução de problemas socioambientais promovidos por esses NIS desde a aprovação da ENIMPACTO? Além de propor a criação de uma análise ampla com base em projeções futuras sobre as melhorias possibilitadas pela implantação da estratégia.

Para mais dessas indagações, a pesquisa traz a perspectiva positiva das interações Estado-Sociedade na construção de políticas públicas, enfatizado um processo pouco usado na condução de temas/problemas para chama a atenção da agenda governamental e emplacar

políticas públicas, mostrando que, a parceria entre ativistas institucionais e movimentos sociais são experiências que ressaltam a democracia no estado brasileiro.

Por fim, enfatizamos os processos elaborados para aprovação do decreto, a atuação do ativista institucional, de propor sugestões ao texto do decreto por meio de consulta pública, no qual toda sociedade poderia opinar, e a decisão certa de buscar o viés executivo como estratégia para implantação e implementação da política pública foi de extrema importância, tanto para o processo de aprovação quanto para a implementação.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca; SERAFI, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados [online]**. 2014, v. 57, n. 2, p. 325-357. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0011-5258201411>. Acesso em: 8 dez. 2021.

ABERS, Rebecca. **Inventing local democracy: grassroots politics in Brazil**. [S. l.]: Lynne Rienner Publishers, 2000.

ABERS, Rebecca; BÜLOW, Marisa Uon. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?. **Sociologias**, v. 13, p. 52-84, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/vyJvNFtHTjZvHmJfVsN6tTQ/?lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2021.

ABERS, Rebecca. **Participatory Democracy in Brazil: Socioeconomic and Political Origins**-by Tranjan, J. Ricardo. 2018.

ABERS, Rebecca Neaera; TATAGIBA, Luciana. Ativismo institucional na burocracia brasileira: a mobilização em defesa da saúde da mulher. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38., 2014, Caxambu, MG. **Anais [...]**. Caxambu: ANPOCS, 2014. p. 1-32.

ALAGOAS. **Lei Estadual nº 8.471 de 26 de julho de 2021**. Institui a Política Estadual de Investimentos e Negócios de Impacto Socioambiental no estado de Alagoas, e dá outras providências. Maceió, AL, 2021. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=417828>. Acesso em: 10 ago. 2021.

ALMEIDA, Carla; CAYRES, Domitila Costa; TATAGIBA, Luciana. Balanço dos estudos sobre os conselhos de políticas públicas na última década. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 94, p. 255-294, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/QmmvbC4JbZgPtqJtdHt8Pv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2020.

ALMEIDA, Carla; MARTELLI, Carla Giani; COELHO, Rony. Os papéis das instituições participativas na estruturação das políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política [online]**, n. 35, e244194, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.35.244194>. Acesso em: 10 out. 2021.

AMARAL, Lucas Alves. **Entre ativismos, enquadramentos e controvérsias: as ideias e as agências de burocratas no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. 2018. 212 f., il. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35129>. Acesso em: 12 nov. 2020.

AMENTA, Edwin *et al.* The political consequences of social movements. **Annual Review of Sociology**, v. 36, p. 287-307, 2010. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev-soc-070308-120029>. Acesso em: 10 dez. 2021.

ANDRADE, Marconi Tabosa de; JUSTO, Carolina Raquel Duarte de Mello. Políticas Públicas de Transferência de Renda em Moeda Social Digital: uma alternativa para o enfrentamento dos desafios trazidos pela Covid-19. In: MILANI, Ana Maria R.; CORÁ, Maria Amélia J.; COELHO, Rodrigo de Pereyra de S. (orgs.). **Brasil diante da Crise da Covid-19: olhares e reflexões**. Maceió: EDUFAL, 2020.

ARTEMISIA. **Negócios de Impacto Social no Brasil**. Disponível em: https://artemisia.org.br/?gclid=EAIaIQobChMIr83agrTj6QIVhYCRCh17aA-XEAAYAAEgJ_UPD_BwE. Acesso em: 2 jun. 2020.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. **Dados**, v. 50, p. 443-464, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/xfPSZNfnDzgFpXmYBsDvrhd/?lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2021.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião pública**, v. 14, p. 43-64, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/SXb5hxxKDHgM3Y9YMvRgMzN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2021.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BAIOCCHI, Gianpaolo. **Militants and citizens: The politics of participatory democracy in Porto Alegre**: Stanford University Press, 2005.

BANASZAK, Lee Ann. Inside and outside the state: Movement insider status, tactics, and public policy achievements. **Routing the opposition: Social movements, public policy, and democracy**, v. 23, p. 149-176, 2005.

BARBOSA, Jan Alyne. **Agenda-Setting assente em bases de dados e algoritmos: bases conceituais e metodológicas para operacionalizar a percepção de importância de temas, predicados e agendas de usuários de sistemas e ambientes informativos da web**. 2010. 300 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/5113>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BAUMGARTNER, Frank R.; JONES, Bryan D. **Agendas and instability in American politics**. [S. l.]: University of Chicago Press, 2010.

BENTLEY, Arthur F. **The Process of Government: A Study of Social Pressures**. New Brunswick: Transaction Publisher, 1994

BOSI, Lorenzo; GIUGNI, Marco; UBA, Katrin (Ed.). **The consequences of social movements**. [S. l.]: Cambridge University Press, 2016. Disponível em: <https://archive-ouverte.unige.ch/unige:85873/ATTACHMENT01>. Acesso em: 12 nov. 2021.

BRASIL. **Ata da 1ª Reunião do Comitê - 07 de fevereiro de 2018.** [2018c]. Disponível em: https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-external/ptbr/images/ATAa_1a_REUNia_Oa_DOa_COMITa_DEa_INVESTIMENTOSa_Ea_NEGa_CIOSa_DEa_IMPACTOa_07.02.2018.pdf. Acesso em: 06 nov. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.977, de 19 de agosto de 2019.** Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto e o Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: 86 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9977.htm Acesso em: 6 nov. 2021.

BRASIL. **Documento base - versão revisada em 06 de dezembro de 2018.** [2018b]. Disponível em: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-external/ptbr/assuntos/inovacao/enimpacto/DocumentoBaseEnimpactoversorevisada06.12.2018.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2021.

BRASIL. **Exposição de Motivos do Ministério da Economia - EM nº 00155/2019 ME.** Brasília: Ministério da Economia, 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.** Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.683impressao.htm#:~:text=LEI%20No%2010.683%2C%20DE%2028%20DE%20MAIO%20DE%202003.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20da,Minist%C3%A9rios%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.. Acesso em: 26 nov. 2020.

BRASIL. **Negócios Inclusivos - Relatório do G20 para a Cúpula de 2016.** Disponível em: <http://www.iniciativaincluir.org.br/Artigo/181/Relatorio-G20-NegociosInclusivos-Cupula-2016> . Acesso em: 06 nov. 2021.

BRASIL. **Nota Técnica nº 82/2019/AS/SAECO/SAG/CC/PR.** Processo nº: 19687.100512/2019-40. Brasília: Ministério da Economia, 2019b.

BRASIL. **Parecer de Mérito nº 1/2019/CGIN/SIN/SDIC/SEPEC-ME.** Processo nº: 19687.100512/2019-40. Brasília: Ministério da Economia, 2019.

BRASIL. **Regimento Interno do Comitê.** 2018. Disponível em: https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-external/ptbr/images/REGIMENTOa_INTERNOa_DOa_COMITa_DEa_INVESTIMENTOSa_Ea_NEGa_CIOSa_DEa_IMPACTOa_11.05.2018.pdf. Acesso em: 06 nov. 2021.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **O processo de agenda-setting na reforma da administração pública.** 2004. 245 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/1393>. Acesso em: 15 mar. 2021.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt et al. Formação da agenda governamental: perspectivas teóricas. In: ENCONTRO ANUAL DE ANPOCS, 29., 2005. Caxambu, MG. **Anais [...]:**

Caxambu: UNESP, 2005. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-29-encontro/gt-25/gt19-21/3789-acapella-formacao/file>. Acesso em: 10 jan. 2021.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Agenda-Setting. In: DI GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio. (orgs.). **Dicionário de Políticas Públicas**. São Paulo: FUNDAP/Imprensa Oficial, 2013, p. 70-74.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt; BRASIL, Felipe Gonçalves. A trajetória dos estudos sobre a agenda de políticas públicas. Teoria & Pesquisa: **Revista de Ciência Política**, v. 24, n. 2, 2015. Disponível em: <https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/download/442/293>. Acesso em: 20 jan. 2021.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Formulação de políticas públicas**. 2018.

CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: Balanço do debate e proposições analíticas. *Civitas - Revista de Ciências Sociais [online]*, v. 17, n. 02, p. 360-378, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2017.2.25925>. Acesso em: 10 dez. 2021.

CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. Efeitos de movimentos sociais no ciclo de políticas públicas. **Caderno CRH [online]**, v. 34, e021016, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.33276>. Epub 01 Nov 2021. ISSN 1983-8239. Acesso em: 10 dez. 2021.

CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. Conselhos de políticas públicas: desafios para sua institucionalização. **RAP: Revista Brasileira de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n.2, p. 277-292, mar./abr. 2002. Disponível em: <http://repositorio.fjp.mg.gov.br/jspui/bitstream/123456789/207/1/Conselhos%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20desafios%20para%20sua%20institucionaliza%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021.

CARTAXO, Mariana Gomes. **A política de AIDS (2006-2016): conflitos e transformações**. 2018. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/32529>. Acesso em: 12 nov. 2020.

CAYRES, Domitila Costa. **Ativismo Institucional no coração da Secretaria Geral da Presidência da República: A Secretaria Nacional de Articulação Social no Governo Dilma Rousseff (2011-2014)**. 2015. 211 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/tesedomitilacayres.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021.

COBB, Roger W.; ELDER, Charles D. The politics of agenda-building: An alternative perspective for modern democratic theory. **The Journal of Politics**, v. 33, n. 4, p. 892-915, 1971. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2128415>. Acesso em: 10 jan. 2021.

tNT1jv8mFG9SCjzesJSA4gH5K9keYKKxYGeVDhfmzmsicM4Theg9P03yzIquS264IZv7adg5fk0MNKXj%2FCain%2Bj7W3rFEPJ2cSw92Bs3UaXrfHGBkBLa8ykq%2FpLiP7ufV5E0AdYuKgTUGzC741EV3T56%2BZKf2uXgXknFibbKVkMNN7ktQM4xt2xsPOF6NxGIANGsNaOtXEUWnlzIVtHKe6Z7Q56VnnqYMT7sZcvAWvq%2FPjTWi6jK0NBNjq3wX1eHhyjn%2BmlvA9f3h%2BHsvxRilJJEt%2F17ODDGr5dbz1zTMC7RLlveqdK%2BZ%2B7jGCX0yo%2FD%2BZH68%2BeEXlchkEQJiNTtBGkDdt3mjmywuZDC2m6ZaaJDUwNYQzL1zvaJ8%2Biu9H0dF%2FGR61IIRXhGaCbk0riw3cJXz3S5f6xMaRbnYBnmS2DZIEjpKGkouko%2FQZiASZI%2FLsnsVQLvl1bEE2mhSnOcQj%2BBTCt6pCSBjqlAW%2FXw%2FZdF4%2FRAbOiPIa3iw7pYMCBnt3deyfiYUSAk7hs%2BdUHI%2F0tCA0LPtJRVAOuUB0U%2Fii5S yjkHKkDkIoGNld8WH89vVc1S0NFA21Gc9WelgK3h4v1as8oCQ2P2cYvzqGAz2aZA0hZo wghKtkV%2F0h8lYjp%2B0jUdCE0NPsanIsYUKRdmc8LYkysdl0A7Db%2BRhS4lq6Tr9z NcoGreNtooLEmgNXPQ%3D%3D&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Date=20220330T123507Z&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-Expires=300&X-Amz-Credential=ASIAQ3PHCVTY6AKS5345%2F20220330%2Fus-east-1%2Fs3%2Faws4_request&X-Amz-Signature=82da5bb0302e9248218b69f43bac4622b259ffc1f45a0c5aed4581ff2a6ce99a&hash=04dedf4cecd1da2947b2a427245078a30b33489a2cee7635828fcd0344e18990&host=68042c943591013ac2b2430a89b270f6af2c76d8dfd086a07176afe7c76c2c61&pii=S0080210716302382&tid=spdf-a40ef822-a512-4b2e-9e31-6159f0e9de0a&sid=b93fd3cb454eb04c6e18dfe3f2394b321ef8gxrqa&type=client&ua=4c005b5406535451550002&rr=6f40e2235bcbcf8a. Acesso em: 20 nov. 2021.

DE SOUZA CARVALHO, Clislenio *et al.* Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto (ENIMPACTO) uma avaliação dos relatórios anuais de atividades. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 8., 2021, Brasília. Anais [...]. Brasília: SBAP, 2021. Disponível em: <https://sbap.org.br/ebap/index.php/home/article/download/175/52>. Acesso em: 20 nov. 2021.

DE SOUZA OLIVEIRA, Flavia Regina; FUKAYAMA, Marcel. Governança e estrutura jurídica para negócios de impacto. In: BARKI, Edgard; COMINI, Graziella Maria; TORRES, Haroldo da Gama (orgs). **Negócios de impacto socioambiental no Brasil**: como empreender, financiar e apoiar. Rio de Janeiro: FGV, 2019. p. 341-365. Disponível em: https://agits.unifesp.br/images/assets/educa_ebooks/negocios_impacto_socioambiental_brasil.pdf#page=341. Acesso em: 15 jun. 2021.

DEARING, James W.; ROGERS, Everett M.; ROGERS, Everett. **Agenda-setting**. Sage, 1996.

DOWBOR, Monika; CARLOS, Euzeneia; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. As origens movimentistas de políticas públicas: proposta analítica aplicada às áreas de criança e adolescente, direitos humanos e saúde. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 105, p. 47-80, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/kXMwtdZDp9V6nMZ34gnvCHc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2021.

DOWBOR, Monika. Contentious politics in complex societies: new social movements between conflict and cooperation. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 95, 2017. Disponível em: <https://search.proquest.com/openview/afbdee418efd7b52a7954699e075d537/1?pq->

origsite=gscholar&cbl=2037617&casa_token=uJRh7WG5uq4AAAAA:TOrYfiSfgHPeWKJaUUL6242GylJffX8ewD2IIF7Hg8X12nuW1pOFWqZeEdMX2o5cdJxRuaZPIF3e. Acesso em: 10 dez. 2021.

DOWNS, Anthony. Up and down with ecology: The issue-attention cycle. **The public**, v. 28, p. 38-50, 1972. Disponível em: https://fbaum.unc.edu/teaching/articles/Downs_Public_Interest_1972.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020.

EARL, Jennifer. **The cultural consequences of social movements**. 2004. Disponível em: <https://voidnetwork.gr/wp-content/uploads/2016/09/The-Blackwell-Companion-to-Social-Movements-Edited-by-David-A.-Snow-Sarah-A.-Soule-and-Hanspeter-Kriesi.pdf#page=519>. Acesso em: 20 dez. 2021.

FORÇA TAREFA DE FINANÇAS SOCIAIS. Finanças sociais: soluções para desafios sociais e ambientais: uma nova mentalidade para gerenciar recursos e necessidades da sociedade. [São Paulo]: FTFS, 2015. Disponível em: https://forcatarefa-assets.s3.amazonaws.com/uploads/2015/10/Finan%C3%A7as-Sociais_Solu%C3%A7%C3%B5es.pdf. Acesso em: 10 nov. 2021.

FUKS, M.; PERISSINOTTO, R. M.; SOUZA, N. R. (orgs.). **Democracia e participação: os conselhos gestores do Paraná**. Curitiba: UFPR, 2004.

GAMSON, William A. **The strategy of social protest**. 1975.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas SA, 2008.

GIUGNI, Marco. Political, biographical, and cultural consequences of social movements. **Sociology Compass**, v. 2, n. 5, p. 1582-1600, 2008. Disponível em: https://compass.onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/j.1751-9020.2008.00152.x?casa_token=ZfygS-aLi-4AAAAA%3Azbyja3wNlc22eKBaCPX9d03zUv_goATzIjTam2zvFhkuQGEXCl1J5nzCuTExYG4q_qlsZz3HmI62tCc. Acesso em: 12 nov. 2021.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpnWkCggnC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 nov. 2021.

GOLDSTONE, Jack A. Introduction - Bridging institutionalized and noninstitutionalized politics. In: GOLDSTONE, Jack A. (ed.). **States, parties, and social movements**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

GOMES, Romeu. Participação dos movimentos sociais na saúde de gays e lésbicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 2291-2300, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2021.v26n6/2291-2300/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

HANNA, Rema; OLKEN, Benjamin A. Universal basic incomes versus targeted transfers: Anti-poverty programs in developing countries. **Journal of Economic Perspectives**, v. 32, n. 4, p. 201-26, 2018.

ICE - Inovação em Cidadania Empresarial. **Carta de Princípios para Negócios de Impacto no Brasil**. [2015]. Disponível em: <https://aliancapeloimpacto.org.br/wpcontent/uploads/2020/02/carta-principios.pdf>. Acesso em 11 dez. 2020.

ICE - Inovação em Cidadania Empresarial. **Celebra duas décadas em 2019**. [S.I.] [2019?]. Disponível em: <http://ice.org.br/ice-celebra-duas-decadas-em-2019/>. Acesso em: 1 jun. 2020.

ICE - Inovação em Cidadania Empresarial. **Negócios de Impacto**. [S.I.] [2019?]. Disponível em: <http://ice.org.br/negocios-de-impacto/>. Acesso em: 11 dez. 2020.

ICE - Inovação em Cidadania Empresarial. **Setor público e Ensino Superior são chave em ecossistemas regionais e locais**. [2021]. Disponível em: <https://ice.org.br/setor-publico-e-ensino-superior-ecossistemas/>. Acesso em: 30 jul. 2021.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro. MEDEIROS Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa**: guia prático. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

KINGDON, John W.; STANO, Eric. **Agendas, alternatives, and public policies**. Boston: Little, Brown, 1984.

LAVALLE, Adrian Gurza. **La innovación democrática en América Latina: tramas y nudos de la representación, la participación y el control social**. Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS), 2010.

LAVALLE, Adrian Gurza; SZWAKO, José. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. **Opinião Pública**, v. 21, p. 157-187, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/fbjhrWrdV7bSk8qFR4brQWb/?lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2021.

LAVALLE, Adrian Gurza et al. **Movimentos sociais e institucionalização**: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/v4cnf/pdf/lavalle-9788575114797.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2021.

LAVINAS, Lena. Programas de garantia de renda mínima: perspectivas brasileiras. In: PROGRAMAS de garantia de renda mínima: perspectivas brasileiras. 1998. p. 37. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-291011>. Acesso em: 15 dez. 2021.

LINS, Hoyêdo Nunes; SILVA, Caroline Lopes. Produção internacional, condições de trabalho e ativismo institucional: ensaio sobre a indústria do vestuário. **Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política**, v. 31, n. 1 (55), 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rpe/article/view/26202>. Acesso em: 25 nov. 2020.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. A representação no interior das experiências de participação. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 139-170, 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ln/a/TyXHbPQ93yGm7Z7SSDrwc4f/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 nov. 2021.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Participação e representação nos conselhos gestores e no orçamento participativo. **Caderno crh**, v. 21, p. 87-97, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/kC9v3946Yp8NqgM8Vnnh8zQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2021.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Interfaces das interfaces socioestatais: ouvidorias, conselhos gestores e Facebooks governamentais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 28, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/DmtDfvpSPz7ydzwH6xdYfyy/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2021.

MAGALHÃES, Amanda Gomes. **Ativismo institucional e os desafios do estado: uma análise da política nacional de participação social**. 2016. 112 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/20962>. Acesso em: 11 nov. 2020.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. **Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos**, v. 2, p. 58-59, 2004. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf. Acesso em: 20 dez. 2021.

MARQUES, Eduardo Cesar. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, p. 45-67, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/QWr6rqWbkWcg69LtMxT7cSQ/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 15 dez. 2021.

MARQUETTI, Adalmir. Participação e redistribuição: o orçamento participativo em Porto Alegre. **A inovação democrática no Brasil**, v. 1, p. 129-156, 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Adalmir-Marquetti/publication/303920863_Participacao_e_Redistribuicao_o_Orcamento_Participativo_em_Porto_Alegre/links/575dd23908aed88462166eb3/Participacao-e-Redistribuicao-o-Orcamento-Participativo-em-Porto-Alegre.pdf. Acesso em: 18 nov. 2021.

MARTINS, Lígia Márcia. As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 29., 2006, Caxambu, MG. **Anais [...]**. Caxambu: Anped, 2006. p. 1-17. Disponível em: https://amablymonari.com.br/wp-content/uploads/2017/12/As_aparA_ncias_enganam_-_divergencias_entre_o_mhd_e_as_abordagens_qualitativas.pdf. Acesso em: 22 dez. 2021.

MONTE, Cleyton. Avritzer, Leonardo. Impasses da Democracia no Brasil. **Revista de Ciências Sociais: RCS**, v. 47, n. 2, p. 383-388, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6408150.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

MOURA, Anita Maria de. **Facilitadores e dificultadores na implementação de um negócio inclusivo em três países de diferentes continentes**. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em:

<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-29112011-203505/pt-br.php>. Acesso em: 2 jun. 2021.

PARAÍBA. **Lei nº 11.869, de 09 de abril de 2021**. Dispõe sobre normas de segurança para o embarque e desembarque do consumidor na utilização de serviços de transporte coletivo e dá outras providências. João Pessoa, PB, 2021. Disponível em:

<https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivodigital/doe/2021/abril/diario-oficial-10-04-2021.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

PEREIRA, Matheus Mazzilli. Trazendo os governos de volta: a chefia do executivo e os resultados do ativismo institucional LGBT (2003-2014). **Sociologias**, v. 22, p. 228-263, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222020000100228&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 11 nov. 2020.

PEREIRA, Matheus Mazzilli. Ativismo Institucional no Poder Legislativo: confrontos políticos, assessores ativistas e frentes parlamentares. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 31, p. 301-338, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/nPf9M9mdLSQYFJC3kYwqqCy/?lang=pt#>. Acesso em: 15 dez. 2021.

PETRINI, Maira; SCHERER, Patrícia; BACK, Léa. Modelo de negócios com impacto social. **Revista de Administração de Empresas**, v. 56, p. 209-225, 2016. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S0034-759020160207>. ISSN 2178-938X. Acesso em: 10 nov. 2020.

PETTINICCHIO, David. Institutional activism: reconsidering the insider/outsider dichotomy. **Sociology Compass**, v. 6, n. 6, p. 499-510, 2012. Disponível em:

https://compass.onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/j.1751-9020.2012.00465.x?casa_token=0jsnRIPwFgYAAAAA%3AyNXermMeRsbzMWEeUQyi8b kT0kfNkyAPGkMxtXnXMygcYBBJM5uZXLfnnDeHL20b_VTQqpzMjoykcg8. Acesso em: 20 dez. 2021.

RAMOS, Alberto Guerreiro. A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade. **Revista de Administração Pública**, v. 17, n. 1, p. 5-31, 1983. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/download/11291/10262>. Acesso em: 15 dez. 2021.

RECH, Carla Michele; SILVA, Marcelo Kunrath. Ativismo institucional como categoria analítica para o estudo das práticas políticas dos movimentos sociais no Brasil. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA DA UFS, 1., 2016, São Cristóvão, SE. **Anais [...]**. São Cristóvão: UFS, 2016. p. 375-388. Disponível em:

<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/12924/2/AtivismoInstitucionalCategoriaAnalitica.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

RIO DE JANEIRO. **Lei Estadual nº 8.571 de 16 de outubro de 2019**. Institui a Política Estadual de Investimentos e Negócios de Impacto Social e dá outras providências. Disponível

em: [https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/770187750/lei-8571-19-rio-de-janeiro-rj#:~:text=INSTITUI%20A%20POL%C3%8DTICA%20ESTADUAL%20DE,Ver%20t%C3%B3pico%20\(19%20documentos\)&text=Rio%20de%20Janeiro%2C%20em%2016%20de%20outubro%20de%202019](https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/770187750/lei-8571-19-rio-de-janeiro-rj#:~:text=INSTITUI%20A%20POL%C3%8DTICA%20ESTADUAL%20DE,Ver%20t%C3%B3pico%20(19%20documentos)&text=Rio%20de%20Janeiro%2C%20em%2016%20de%20outubro%20de%202019). Acesso em: 10 ago. 2021.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei Estadual nº 10.483 de 04 de fevereiro de 2019**. Institui a Política Estadual de Investimentos e Negócios de Impacto Social e dá outras providências. Disponível em: http://diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id_jor=00000001&data=20190205&id_doc=635225. Acesso em: 10 ago. 2021.

ROOTES, Christopher. Is there a European environmental movement?. **Europe, globalization and sustainable development**, v. 71, p. 96, 2004. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/61541255/document_1720191217-37911-mlf2q5-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1648646000&Signature=G7jw8Ri7zZMXIM6l~Gpn4pwEzIDHCFPX9l~Mcr3dLzpT7iNYq8o4JI0Pepbwxb6Nfi8n~xQiPzuwRG97AbtKAZz0o2vt85B0Z~wliUlzA0wLP5U01ZI6qSs8oYm0ZrlCyAOx~9lAREXRBKLTiXSaE53d7-8gjN4Y8Kbdmd2wkSwkVBt5lF7vbmJ6eBT6g9YeJd9d5bI81igU7UImTjJxo3TK8Y6XnaF5riKPWYo~CkL05p1nAXoa-CSyYYiRgB2kSjr7e6AdFAQQkzURZ1mF30tk~icS8a1klrcy-VYCMAFAFg3laM-DHAY3jFuTqV8PHe0Y6QdBFb9cNIjjPWnPA__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA#page=72. Acesso em: 20 ago. 2021.

ROOTES, Christopher; NULMAN, Eugene. Environmental protection. In: OXFORD Handbook of Social Movements. Oxford: Oxford University Press, 2015. p. 729-741.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democracia e participação: o caso do orçamento participativo de Porto Alegre**. Edições Afrontamento, 2002. Disponível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/87406/1/Democracia%20e%20participacao_o%20caso%20do%20orcamento%20participativo%20de%20Porto%20Alegre.pdf. Acesso em: 20 dez. 2021.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. **O que são negócios de impacto social e como eles funcionam**. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/o-que-sao-negocios-de-impacto-social,1f4d9e5d32055410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 8 nov. 2020.

SILVA, E. S. **A influência da televisão nos debates de sala de aula: uma análise com base na hipótese de Agenda-Setting**. 2015. 106 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/4580>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SILVA, Lucas Henrique Ribeiro da. **O sucesso político do setor agropecuário no Brasil contemporâneo**. 2019. 184 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/30885>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SILVEIRA, Mariana Costa. **Mobilizando redes e construindo arenas participativas: o trabalho social nas políticas de urbanização de favelas da CDHU**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-25032019-123843/pt-br.php>. Acesso em: 12 nov. 2020.

SMITH, G. Design Matters: CBNRM and Democratic Innovation. **Washington DC**: World Bank, 2019. Disponível em: <https://westminsterresearch.westminster.ac.uk/download/d3d6992bd2044753771fb6ec7be573c8c521e6d5f756d25541c586a82fc29ad4/167355/Design-Matters-CBNRM-and-Democratic-Innovation.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SOULE, Sarah A.; KING, Brayden G. The stages of the policy process and the equal rights amendment, 1972–1982. **American Journal of Sociology**, v. 111, n. 6, p. 1871-1909, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Sarah-Soule-2/publication/228797521_The_Stages_of_the_Policy_Process_and_the_Equal_Rights_Amen_dment_1972-1982/links/5616e79d08ae40a7199a39cf/The-Stages-of-the-Policy-Process-and-the-Equal-Rights-Amendment-1972-1982.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

SUPLICY, E. M. **Renda de Cidadania: a saída é pela porta**. [s.l.]: Cortez Editora/Fundação Perseu Abramo, 2002.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 47-103,

TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Efeitos combinados dos movimentos de moradia sobre os programas habitacionais autogestionários. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, p. 85-102, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/mSN5HdXQwVtkTDtxs4RTPqg/?lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2021.

TATAGIBA, Luciana; ABERS, Rebecca; SILVA, Marcelo Kunrath. Movimentos sociais e políticas públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos. **Burocracia e Políticas Públicas no Brasil**, p. 105, 2018. Disponível em: http://www.mprj.mp.br/documents/20184/1330165/Burocracia_e_politicas_publicas_no_Brasil_-_intersecoes_analiticas.pdf#page=107. Acesso em: 20 dez. 2021.

TILLY, Charles. How to detect, describe, and explain repertoires of contention. **Center for Studies of Social Change Working Paper Series**, v. 150, n. 6, 1992.

VAN PARIJS, Philippe. Renda básica: renda mínima garantida para o século XXI?. **Estudos Avançados**, v. 14, n. 40, p. 179-210, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/4vrMYMq4WCSZZ5xb3nJfGMj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2021.

VAN PARIJS, Philippe. A basic income for all: If you really care about freedom, give people an unconditional income. **Boston Review**, 2000.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

WAMPLER, Brian. Can participatory institutions promote pluralism? Mobilizing low-income citizens in Brazil. **Studies in Comparative International Development**, v. 41, n. 4, p. 57, 2007. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF02800471>. Acesso em: 20 jun. 2021.

WILSON, Fiona; POST, James E. Business models for people, planet (& profits): exploring the phenomena of social business, a market-based approach to social value creation. **Small Business Economics**, v. 40, n. 3, p. 715-737, 2013. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11187-011-9401-0>. Acesso em: 18 jun. 2021.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. [s.l.]: Bookman editora, 2015.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome:	
Idade:	
Sexo:	
Nacionalidade:	
Cidade:	
Formação:	
Profissão:	
Função:	
Contatos:	

1. Por que você se envolveu no Consórcio ENIMPACTO para criação do decreto nº 9.244 que cria a estratégia nacional de investimentos e negócios de impacto social? Como foi sua participação?
2. Que organização você representava no Consórcio ENIMPACTO de organizações que escreveu o anteprojeto do decreto?
3. Quando e como a sua organização se juntou ao Consórcio ENIMPACTO?
4. Qual era o objetivo do Consórcio ENIMPACTO?
5. Qual foi o seu envolvimento no Consórcio ENIMPACTO?
6. Por que essas organizações estiveram envolvidas no Consórcio ENIMPACTO? Por que essa iniciativa foi realizada por vocês e não por outras organizações e redes?

7. Como foi o processo de elaboração do decreto (passo a passo até a aprovação)?
8. Qual era a interlocução do Consórcio ENIMPACTO com os negócios sociais de impacto, ao longo do processo de escrita do decreto, tramitação e aprovação?
9. Como a sua trajetória pessoal se encontra (ou não) com a trajetória das demais pessoas envolvidas (representantes de ONGs, servidores públicos e parlamentares envolvidos no processo de criação do decreto)? Você já as conhecia ou teve contato com elas antes desse processo?
10. Quais foram os órgãos de governo envolvidos no processo de criação e aprovação do decreto? Você já conhecia ou teve contato anterior com os servidores públicos envolvidos?
11. Quais parlamentares e partidos do processo de criação do decreto? Qual era a sua relação com eles?
12. Quais eventos (seminários, reuniões, encontros) antecederam a criação do decreto?
13. Quais foram as ações-chave para colocar essa proposta na agenda do governo e para elaboração do texto do decreto?
14. Como foi a escolha das pessoas para participar do processo de criação do decreto?
15. Como você avalia o processo de tramitação e criação do decreto? Houve resistências, conflitos, interesses em disputa, delongas?
17. Quais fatores, você considera, que explicam melhor a criação deste decreto (pessoas, partidos, oportunidades etc)?
18. Como você relaciona a sua trajetória e da sua organização com o tema do decreto?

R: Não respondeu

19. Como você avalia os governos em termos de políticas voltadas para investimentos e negócios de impacto social?
20. Como você avalia a contribuição do Consórcio ENIMPACTO (e seus representantes), ao longo de todo o processo de criação do decreto?

21. Como você avalia a relação de proximidade da sociedade civil organizada (movimentos sociais e ONGs) com o poder executivo na criação deste decreto?

22. Quem eram seus aliados/as, nesse processo, dentro do poder executivo e legislativo?